

NARAYANA DE DEUS NOGUEIRA

A USINA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA DO EMBOQUE - MG: O
SIGNIFICADO DA BARRAGEM PARA OS ATINGIDOS

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2007

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

N778u
2007

Nogueira, Narayana de Deus, 1978-
A Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque - MG :
o significado da barragem para os atingidos / Narayana
de Deus Nogueira. – Viçosa, MG, 2007.
ix, 81f. : il. ; 29cm.

Orientador: Franklin Daniel Rothman.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 78-81.

1. Usinas hidrelétricas - Aspectos sociais - Minas Gerais.
2. Remoção (Habitação) - Minas Gerais. 3. Usinas
hidrelétricas - Minas Gerais. 4. Usina hidrelétrica
Cachoeira do Emboque. I. Universidade Federal de
Viçosa. Título.

CDD 22.ed. 333.914

NARAYANA DE DEUS NOGUEIRA

A USINA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA DO EMBOQUE - MG: O
SIGNIFICADO DA BARRAGEM PARA OS ATINGIDOS

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA EM: 25 de julho de 2007.

Profa. Márcia Pinheiro Ludwig
(co-orientadora)

France Maria Gontijo Coelho
(co-orientadora)

Profa. Maria de Fátima Lopes

Profa. Maria Izabel Vieira Botelho

Prof. Franklin Daniel Rothman
(Orientador)

Aos meus pais, veículos de minha criação, por me ensinarem a perceber a beleza das coisas mais simples da vida, e a andar com meus próprios pés. À minha amada filha, por dar razão a cada dia de minha existência.

AGRADECIMENTOS

Finalizar o presente trabalho possui significações importantes uma vez que diversos caminhos foram percorridos ao longo desse período em que obstáculos foram vivenciados e em vários momentos vencidos. E foi graças ao apoio incondicional de pessoas especiais fundamentais em cada momento de elaboração e transformação do projeto, marcado por períodos de angústia, insegurança e grandes expectativas.

O amor e o carinho dos familiares foram imprescindíveis nesse momento de trabalho em conjunto, pois eles também fizeram parte da equipe de trabalho diário, dando força, apoio, erguendo-me em momentos de fraqueza e desilusão, sempre presentes e positivos em minha conquista final. Por isso agradeço aos meus queridos pais Maria Alba e Geraldo, por todo apoio e solidariedade prestados desde a minha intenção de me ingressar no mestrado até à elaboração da dissertação.

Agradeço à minha querida filha, Amanda, razão da minha existência, por me amar e compreender a minha ausência em momentos tão importantes de seu crescimento em infância, sempre me aguardando com um lindo sorriso cheio de ternura e gratidão.

Agradeço ao meu irmão Gabriel, pela amizade, companheirismo, constante presença e pelos cuidados com a minha filha nos momentos em que ficamos sós.

Também agradeço a todos os familiares, pilares de minha vida, que mesmo de longe, manifestaram apoio e torcida, sempre acreditando e confiando em minha capacidade criadora. Em especial, agradeço aos meus queridos avós, Alba e João (não mais aqui presente), pelo apoio que se iniciou desde meus primeiros momentos de vida. Aos demais familiares, agradeço a todos, sem mencionar os respectivos nomes para que não haja esquecimentos, mas sintam-se todos agradecidos e homenageados.

Verdadeiras e marcantes amizades foram encontradas e solidificadas ao longo dessa jornada, sempre nos dando incentivo e força para a chegada na reta final, por isso agradeço a todos os amigos do mestrado, tão queridos e especiais, que por felicidade do destino cruzaram minha vida os quais espero não perder na longa estrada da vida.

Agradeço também ao meu companheiro Leo, por ter surgido num momento importante do meu mestrado, pelo apoio em todos os momentos difíceis, pela paciência e ajuda técnica nas intermináveis figuras, mapas e formatação da dissertação.

Agradeço também aos amigos de infância, irmãos nesta vida, que fazem parte de cada pedaço da minha história.

À Universidade Federal de Viçosa, pelo estímulo, treinamento e ao oferecimento de condições para que a pesquisa se realizasse.

À FAPEMIG, pelo suporte financeiro.

Agradeço também a todos os professores e funcionários do Departamento de Economia Rural da UFV, pelo conhecimento fundamental à produção do trabalho, pelos momentos de trocas, de amizade, de colaboração e de confiança.

Em especial, ao professor Franklin Rothman, pelo compromisso em me orientar durante essa trajetória, acompanhando de maneira efetiva, levantando questões, apresentando desafios para o meu crescimento, enriquecendo o trabalho com sua experiência e capacidade e, principalmente, confiando em mim.

Agradeço também às conselheiras Márcia Pinheiro Ludwig e France Maria Gontijo por manifestarem interesse e disposição em auxiliar meu trabalho, sempre fornecendo material de apoio e auxiliando no aprofundamento do estudo, principalmente nas etapas finais do trabalho.

Aos membros do NACAB e do PACAB por me prestarem auxílio e informações relevantes à pesquisa.

Ao padre Claret pelas ricas informações e dados fornecidos em entrevista.

Aos atingidos do Emboque, que abriram carinhosamente as portas de seus lares para me receber, me permitiram-me entrevistá-los e fotografar suas famílias. Em especial, agradeço à família de seu Manoel Clemente, que me recebeu em sua casa, oferecendo generosa hospedagem, sempre se preocupando em dar-me atenção.

E finalmente, à força Criadora, responsável pela minha existência.

Sumário

<i>LISTA DE FIGURAS</i>	VII
<i>LISTA DE SIGLAS</i>	VIII
<i>RESUMO</i>	IX
<i>ABSTRACT</i>	X
<i>CAPÍTULO 1</i>	1
1.1 Apresentação e construção do problema da pesquisa.....	1
1.2 Objetivos	7
1.3 Identificação e Delimitação da Área do Estudo	8
<i>CAPÍTULO 2</i>	12
<i>MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA</i>	12
2.1 Sobre os métodos e as técnicas utilizadas para a pesquisa	12
<i>CAPÍTULO 3</i>	19
<i>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO</i>	19
3.1 Os empreendimentos hidrelétricos e seus impactos	19
3.2 A noção de “atingido”: categoria em construção	24
3.3 Sobre as estratégias do setor elétrico	30
3.4 Espaço, território e lugar no contexto do deslocamento compulsório.	33
<i>CAPÍTULO 4</i>	40
<i>DISCUSSÃO, ANÁLISE E RESULTADOS</i>	40
4.1 A chegada da barragem: “Eles insistem demais, igual furunco na gente”.....	40
4.2 O Processo de deslocamento e realocação das famílias que permaneceram no local	55

4.3 Os meios e modos de vida da população atingida e o significado da barragem	60
4.4 Considerações Finais	73
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira, em destaque os municípios de Abre Campo e Raul Soares.	8
Figura 2: Em destaque, o Rio Matipó pertencente à Bacia do Rio Doce - MG, com algumas das principais barragens da região, inclusive a do Emboque. É importante enfatizar que as PCHs Cachoeira da Providência e Cachoeira Grande ainda são projetos não aprovados.	9
Figura 3: Mapa da região, anterior à construção da UHE do Emboque, elaborado pela ESSE Engenharia e Consultoria.	10
Figura 4 - Foto da casa de família de ex-posseiros, residentes em Bicuíba.	51
Figura 5 - Foto da passarela, em duas perspectivas, que leva o acesso da propriedade à estrada de Bicuíba.	54
Figura 6 - Região do Emboque, antes da construção da barragem.	55
Figura 7 - Em destaque a casa antes da construção da barragem e que fora alagada para a formação do reservatório da UHE Emboque.	56
Figura 8 – Fotos de casas antigas que existiam antes da construção da barragem, na região do Emboque	57
Figura 9 – Foto das novas casas construídas pelos atingidos com recursos da indenização.	58
Figura 10 - Casas geminadas construídas pela empreendedora CFLCL para abrigar famílias atingidas, e que ficam uma na seqüência da outra.	59
Figura 11 - Quintal morro acima que fica entre as duas casas geminadas.	60
Figura 12 - Foto da ponte que, antes da barragem, ligava as comunidades rurais de Granada.	64
Figura 13 - Local alagado, onde se encontrava a antiga ponte de Granada (Fonte: autoria própria)	64
Figura 14 - Foto retratando o campo de futebol que existia em Bicuíba e fora alagado pela barragem.	68
Figura 15 - Em destaque, o local alagado onde se encontrava o campo de futebol de Bicuíba.	69

LISTA DE SIGLAS

ADA – Área Diretamente Afetada

AMABAGEM – Associação dos Moradores Atingidos Pelas Barragens de Granada e Emboque

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ASPARPI – Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga

CFLCL – Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EIA – Estudo de Impactos Ambientais

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

ONG - Organização Não Governamental

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

RIMA - Relatório de Impactos Ambientais

UHE – Usina Hidrelétrica

WCD – World Commission on Dams

RESUMO

NOGUEIRA, Narayana de Deus. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2007. **A Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque- MG: O significado da barragem para os atingidos.** Orientador: Franklin Daniel Rothman. Co-orientadores: France Maria Gontijo Coelho e Márcia Pinheiro Ludwig.

O presente trabalho tem como unidade de análise comunidades atingidas pela UHE Cachoeira do Emboque, Zona da Mata Mineira, que passaram por deslocamento e reassentamento na mesma área geográfica em que se inseriam antes da implantação da barragem. Os conflitos evidenciados no decorrer do processo de negociações com a empresa proponente, marcados pela desarticulação dos atingidos, bem como pela falta de informações a respeito dos impactos que poderiam ser causados pelo projeto, resultaram em descontentamento por parte daqueles que teriam que enfrentar mudanças significativas em suas vidas. Este foi o contexto que possibilitou a construção do objeto de estudo da pesquisa que teve como objetivo geral a análise do significado da barragem para aqueles que passaram pelo processo, aproximadamente dez anos após. Especificamente buscou-se analisar o processo de deslocamento e realocação das famílias, bem como mostrar a atual realidade social das mesmas, à luz daquela vivida no passado. Tais momentos foram enriquecidos através da construção de dados que foi realizada por meio de trabalho em campo, com entrevistas semi-estruturadas, fazendo alusão à memória das famílias entrevistadas. Documentos relacionados ao empreendimento, assim como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), artigos publicados em jornais locais e regionais, bem como registro iconográfico também serviram de apoio para a construção dos dados da pesquisa. Com base em uma perspectiva qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida tendo como suporte teórico discussões acerca dos impactos relacionados à implantação de projetos hidrelétricos, além de reflexões sobre as categorias espaço, lugar e território. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos atingidos se sentem insatisfeitos com as mudanças ocorridas em seus meios e modos de vida, razão pela qual se conclui que o sentimento de desenraizamento e desterritorialização se faz presente na grande maioria dos entrevistados.

ABSTRACT

NOGUEIRA, Narayana de Deus. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2007. **Cachoeira do Emboque Dam - MG: the meaning of the dam for the affected.** Adviser: Franklin Daniel Rothman. Co-advisers: France Maria Gontijo Coelho and Márcia Pinheiro Ludwig.

The present study analyzes families in communities affected by the Cachoeira do Emboque Dam, in the Zona da Mata Mineira, who were displaced and resettled in the same geographic area where they used to live before the building of the dam. The conflicts during the negotiation process with the company which sponsored the dam project, were marked by division among the affected people, as well as the lack of information about the probable impacts of the dam. These facts resulted in dissatisfaction for those who would face significant changes in their lives. In this context the main objective of this study was to understand the meaning of the dam among those who had been affected by this process ten years earlier. Specifically we sought to study the process of displacement and resettlement of these families, and compare their current social reality, comparing with that lived in the past. Using a qualitative perspective, the research was developed using theories about the negative impacts caused by the dams, as well as the reflections based on several analytical is particular: space, place and territory. The results of the research indicate that most of those affected are dissatisfied with the changes that took place in their way of life. We conclude that most of those interviewed expressed a feeling of loss of identity with their place and their past.

Capítulo 1

1.1 Apresentação e construção do problema da pesquisa

O homem, enquanto ser social lida diariamente com ele mesmo, com a vida em sociedade, as adversidades, o mundo, que juntos, direcionam a história de sua vida. A experiência desse conjunto de condições é, muitas vezes, condicionada à tentativa de viver da melhor maneira e em harmonia com as mesmas.

Na literatura, encontramos vários autores que se preocupam com essas questões, bem como com a natureza e o valor do indivíduo, especialmente quando se constata conflitos causados tanto por questões pessoais como por questões externas.

Dentre vários autores se destaca Anderson (1975), um escritor norte-americano que realizou um grande trabalho ao relacionar aos efeitos advindos da modernização e de descobertas científicas na vida humana. Em *Winesburg, Ohio*, Anderson (1975) explora a transformação da vida rural no interior dos Estados Unidos, causada pelo surgimento da industrialização, bem como os efeitos desta em seus habitantes que, muitas vezes, por não conseguirem se adaptar à mecanização, que retira ou diminui seus lugares no trabalho rural, fazendo com que alguns personagens se tornassem “grotescos”, tema central da obra. Outra questão apresentada pelo autor foi a introdução das linhas férreas em todo o interior do país, que trouxe grandes mudanças para as pequenas cidades e comunidades rurais, bem como para os cidadãos, alterando formas de vida, trabalho, hábitos, gerando impactos sociais e psicológicos em algumas pessoas.

O autor ainda destaca a vida das pessoas da pequena cidade de Winesburg, considerando-as infelizes devido à inabilidade e incapacidade de se compreenderem e se integrarem ao novo ambiente modificado pela “modernidade” em que passam a viver. Anderson ainda observa a ausência de comunicação entre as personagens, que tem como conseqüência, a falta de

comunhão de sentimentos entre os mesmos. Sendo assim, a insatisfação e a infelicidade passam a ser resultados naturais da inabilidade que cada personagem tem de interagir com o próximo e com o mundo ao seu redor.

Como conseqüência, muitas personagens tornam-se infelizes na busca de uma relação verdadeiramente humanizada, acarretando em isolamento e solidão de muitas delas. Não havendo uma relação de amizade entre as personagens para que possam compartilhar de seus “fantasmas” e, talvez, solucionar seus problemas, fecham-se em seus microcosmos, isolando-se e transformando-se em seres “anti-sociais”.

Toda essa análise dessas personagens “grotescas” de Anderson foi por mim realizada durante o curso de graduação em Letras, onde tive a oportunidade de participar de um programa de iniciação científica, no qual trabalhei durante três anos com a análise de textos literários sobre a referida temática.

E foi nesse mesmo período em que meu interesse pela questão das barragens começou a ser despertado, no ano de 2001, quando apresentei trabalhos sobre minha pesquisa em um congresso de Lingüística Aplicada realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante as sessões de comunicações, foi apresentado um trabalho de uma doutoranda e professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, cuja temática era a análise do discurso de um jornal produzido por atingidos pela barragem de Pilar, localizada na Zona da Mata Mineira. Até aquele momento, o assunto relacionado às barragens me era desconhecido, porém, o trabalho em questão revelou a amplitude de problemas relacionados às questões sociais e ambientais que estavam envolvidas na produção da energia hidrelétrica.

A partir desse momento, pude relacionar a experiência de projetos que implicavam problemas sociais e despertou o meu interesse em aprofundar os conhecimentos relacionados a empreendimentos que são capazes de desestruturar meios e modos de vida. Foi a partir dessa relação que busquei estabelecer contato com alguns ex-professores, um dos quais havia apresentado o trabalho que me chamara a atenção na UFMG. Como havia muitas coisas em comum entre a pesquisa de iniciação científica e a implementação de um

empreendimento “moderno” na vida das comunidades atingidas pelas barragens, o despertar pela temática tornou-se ainda maior.

Desse momento em diante, iniciei o processo de levantamento de trabalhos acadêmicos e produções científicas sobre a temática.

Dentre os depoimentos que pude analisar apresentados pelas famílias atingidas, a respeito do surgimento das barragens em suas vidas, as cenas iniciais foram captadas de maneira impressionante. As imagens fotográficas também me impressionavam cada vez que podia ver uma pequena cidade ou comunidade rural desaparecendo aos poucos pela água que vinha de maneira destrutiva, submergindo histórias de vidas passadas; esperanças futuras; sonhos planejados que jamais foram concretizados; entes queridos que ali foram enterrados e a partir daquele momento ficariam submersos para sempre, sem nunca mais poder receber orações e homenagens de suas famílias; o umbigo do primeiro filho que ali fora enterrado; sem contar os rios, animais, plantas; lares destruídos; plantações arrasadas; a vida que por ali existiu e em questão de horas desaparecera no meio das águas de um rio que antes era símbolo de vida, e agora, estava barrado, simbolizando a morte. Naquele local restara somente a lembrança na memória daqueles que tiveram que partir e dar continuidade em suas vidas em outro espaço, muitas vezes estranho, tendo que recomeçar suas vidas, laços de amizade, meios de vida, sem condições financeiras e emocionais, sentindo o drama e a angústia de suas perdas. Tudo o que possuíam ficou para trás em nome do “progresso”.

A partir dessas imagens pude perceber o quanto estavam relacionados meu trabalho de pesquisa com os dramas vividos pelos atingidos pelas barragens. Foi então que comecei um levantamento de dados mais detalhado a respeito da temática que tanto me chamara atenção. Nesse levantamento, várias fontes foram identificadas, dentre elas artigos de jornais sobre o projeto (UHE) Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque- MG. Dentre as informações colhidas, constatou-se que o referido empreendimento afetara diretamente 94 famílias que, em sua maioria, eram compostas por pequenos agricultores rurais, sendo eles proprietários e não proprietários.

E por meio das demais informações que tomei conhecimento da peculiaridade do processo de implementação da hidrelétrica do Emboque, pela natureza desarticulada das negociações, inclusive, com ausência de Audiência Pública. Outra questão que chamou a atenção nos artigos lidos foi o fato de as notícias sobre a construção da barragem já circularem no local há aproximadamente trinta anos, quando técnicos da CEMIG realizaram medições e estudos de viabilidade de implantação de usinas hidrelétricas. Neste sentido, a proposta de um empreendimento hidrelétrico naquela área geográfica não possuía caráter de novidade para aqueles que seriam afetados pelo projeto.

A partir dessas informações identificadas nos recortes de jornais iniciou-se uma pesquisa mais detalhada e específica em busca de relatórios e materiais científicos, bem como de outras fontes que pudessem ser utilizadas para o processo de construção de mais dados sobre o caso Emboque. Um desses materiais foi o relatório de pesquisa de iniciação científica redigido por Vieira (1997)¹, que realizou seus trabalhos de pesquisa sobre a população do Emboque, entrevistando-os e coletando dados na comunidade entre os anos de 1995 e 1997.

Segundo o relatório de estudos do referido autor, o processo inicial de estudos de viabilidade e negociações com a população para a possível implementação da Usina Hidrelétrica (UHE) foi iniciado em setembro de 1995 quando a empreendedora Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina (CFLCL) começou o processo de licenciamento a partir de estudos apresentados à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Nessa ocasião, o Conselho de Política Ambiental (COPAM), após analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) concedeu a Licença Prévia² (LP) à

¹ Alguns dados sobre o processo de licenciamento para a implantação da UHE Emboque, foram registrados e arquivados pelo professor/ pesquisador Franklin Daniel Rothman que trabalha com a temática das barragens tanto em projetos de pesquisa como de extensão. Um desses relatórios analisados foi o de iniciação científica elaborado pelo pesquisador Vieira (1997) sob a orientação do referido professor/pesquisador.

² De acordo com o artigo 19 do Decreto 99.274/90, o licenciamento ambiental se encontra dividido em três etapas: 1) Concessão ou não da Licença Prévia (LP), fase preliminar do projeto, onde será realizado o EIA e o RIMA que apontam a localização e impactos do empreendimento, bem como sua viabilidade ambiental. 2) Concessão de Licença de Instalação (LI), em que se elabora o Plano de Controle Ambiental (PCA), autorizando ou não a instalação do empreendimento. É nessa fase que ocorre a negociação com a população atingida pelo mesmo. 3) Concessão de Licença de Operação (LO), onde acontece a autorização da operação do empreendimento, após a realização de medidas mitigadoras e compensatórias e das condicionantes das etapas anteriores. (REZENDE, 2003, p. 31)

empreendedora, para que se iniciasse o processo de pedido de Licença de Instalação (LI) – documento que autoriza a implantação da barragem.

Porém, de acordo com Vieira (1997), o empreendedor demonstrou não se preocupar com a Licença Prévia para iniciar suas obras, afirmando que poderia iniciá-las “*na hora que quiser*” (p. 16).

Dessa forma, a empresa iniciou o processo de negociações em setembro de 1995, efetivando algumas negociações individuais. Em setembro de 1996, a empresa instalou placas nos terrenos adquiridos comunicando que a referida área pertencia à mesma; logo após, confeccionou um jornal informativo que foi divulgado na região.

Apesar de não possuir as Licenças Prévia e de Instalação a empreendedora divulgou publicamente que as obras seriam iniciadas em outubro de 1996. Posteriormente, a empresa solicitou a Licença Prévia sem comunicar à população sobre o seu direito de requerer uma Audiência Pública, na qual os atingidos poderiam questionar o empreendimento e ponderar sobre as negociações³.

De acordo com o referido pesquisador, naquele mesmo ano fora realizada uma reunião com um agente da Comissão Pastoral da Terra de Belo Horizonte, dando-se início à criação de uma comissão local para realizar as negociações com a empresa, onde também foram estabelecidos os primeiros contatos com a assessoria do Núcleo de Assistência às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB)⁴, então projeto de extensão da UFV. Em uma reunião inicial, o grupo contou com a presença de um atingido por uma barragem construída no norte de Minas Gerais. Este enriqueceu os debates relatando suas experiências e os

³ Na reunião de visita à comunidade realizada pela Comissão de Direitos e Garantias, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ocorrida em 1997, os depoimentos de um dos vereadores do município de Raul Soares e do Deputado Estadual da referida época, atribuem a não realização da audiência pública à falhas do empreendedor e do poder municipal. O vereador afirma que a Câmara de Vereadores não havia sido informada sobre o direito de se solicitar uma audiência sobre a construção da UHE Cachoeira do Emboque. o Deputado afirma que o empreendedor, embora tivesse cumprido a lei, ao pé da letra, ao ter publicado o edital sobre a solicitação de audiência pública em jornal, deveria ter informado diretamente a Câmara de Vereadores sobre esse canal institucional.

⁴ O NACAB (Núcleo de Assistência às Comunidades Atingidas por Barragens) foi um projeto de extensão universitário que prestava assessoria às comunidades atingidas por barragens da região da Zona da Mata Mineira. A partir de 2001 foi criada uma ONG que também adotou o nome de NACAB, fazendo com que o projeto de extensão da UFV mudasse seu nome para PACAB (Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens).

dramas das famílias atingidas, assim como a dificuldade de negociações dos mesmos com as empresas envolvidas.

Nos momentos seguintes, a assessoria apresentou duas formas de negociação para a comunidade: coletiva (fortemente reforçada) ou individual. Além dessas formas de negociação, a assessoria indicou uma estratégia, que seria a de realizar uma ação civil pública, uma vez que a comunidade havia perdido o prazo para pedir uma Audiência Pública. Porém, nesse momento, alguns dos proprietários das maiores terras já haviam negociado suas propriedades de forma individual.

De acordo com Rothman (2001), poucos optaram pela negociação em conjunto, o que fez com que a Igreja, o NACAB e o Movimento dos Atingidos por Barragens regional (MAB-ARD) realizassem um trabalho de base com o intuito de trazer informações à população atingida, tanto sobre os possíveis impactos negativos que a construção da barragem poderia trazer para suas vidas, quanto com relação às formas de negociação que lhes seriam de direito. Apesar do esforço das entidades mediadoras, a população ainda se encontrava pouco mobilizada para a ação coletiva, talvez pela falta de informações precisas sobre o empreendimento, sobre seus direitos, e também por causa dos conflitos locais acirrados pelos momentos de tensão e incerteza.

Neste contexto, as negociações foram realizadas de maneira individual, como proposto pela empresa, sendo oferecidas aquisição de terras, relocação de benfeitorias e permutas.

Com a construção dessa barragem, 94 famílias foram atingidas diretamente, das quais 28 foram deslocadas para outras áreas rurais e urbanas e 66 famílias permaneceram no local, ainda que realocadas. Como se percebe, a grande maioria das famílias atingidas permaneceu no local, embora com modificações impostas pela construção da barragem. Diante deste fato, e considerando o processo de construção/negociações da UHE Cachoeira do Emboque ter sido tão conturbado/conflituoso, algumas questões se impuseram para esta pesquisa: Como era a vida destas famílias antes da construção da barragem? Como teria sido o processo de deslocamento e realocação das famílias? O que os atingidos sentiram (percepções) e guardaram na memória sobre esse processo? Será que o fato de terem permanecido na mesma

localidade, apesar das modificações espaciais ocorridas, aquelas famílias realocadas sentiram-se desterritorializadas? E hoje, passados aproximadamente dez anos da implantação do empreendimento, qual o significado da barragem na vida dessas famílias?

As questões elencadas direcionam para o problema de pesquisa que deu origem ao presente trabalho, cuja essência se traduz no significado da construção da UHE Emboque para as famílias atingidas que permaneceram num espaço modificado pela implantação da barragem.

1.2 Objetivos

Dentre os objetivos da pesquisa se encontram a descrição e análise das percepções das famílias atingidas pela UHE Cachoeira do Emboque que passaram pelo processo de deslocamento e realocação, problematizando o referido processo, a realidade social vivida no passado e no presente, suas percepções sobre seus meios e modos de vida antes e depois da barragem, no sentido de apreender o significado por elas atribuído ao empreendimento, bem como as perdas e os eventuais ganhos para essas famílias.

1.3 Identificação e Delimitação da Área do Estudo

A unidade de análise do referido estudo foi constituída pelas famílias atingidas pela UHE do Emboque, que foi construída entre os Municípios de Raul Soares e Abre Campo, pertencentes à Zona da Mata Mineira, apontados na Figura 1 que se segue:

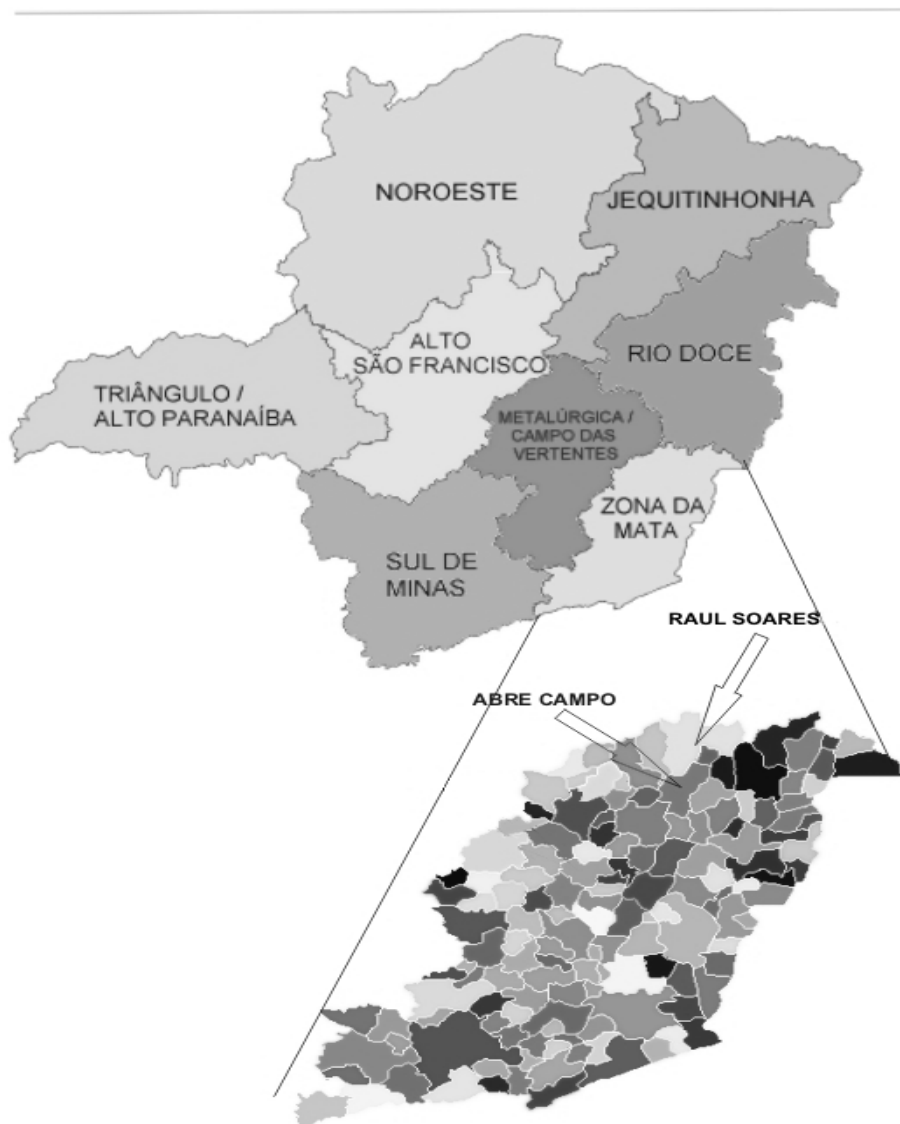


Figura 1: Mapa de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira, em destaque os municípios de Abre Campo e Raul Soares.

Fonte: www.geominas.mg.gov.br

A referida barragem foi construída no Rio Matipó, pertencente à bacia hidrográfica do Rio Doce⁵, como apresentado na Figura 2.

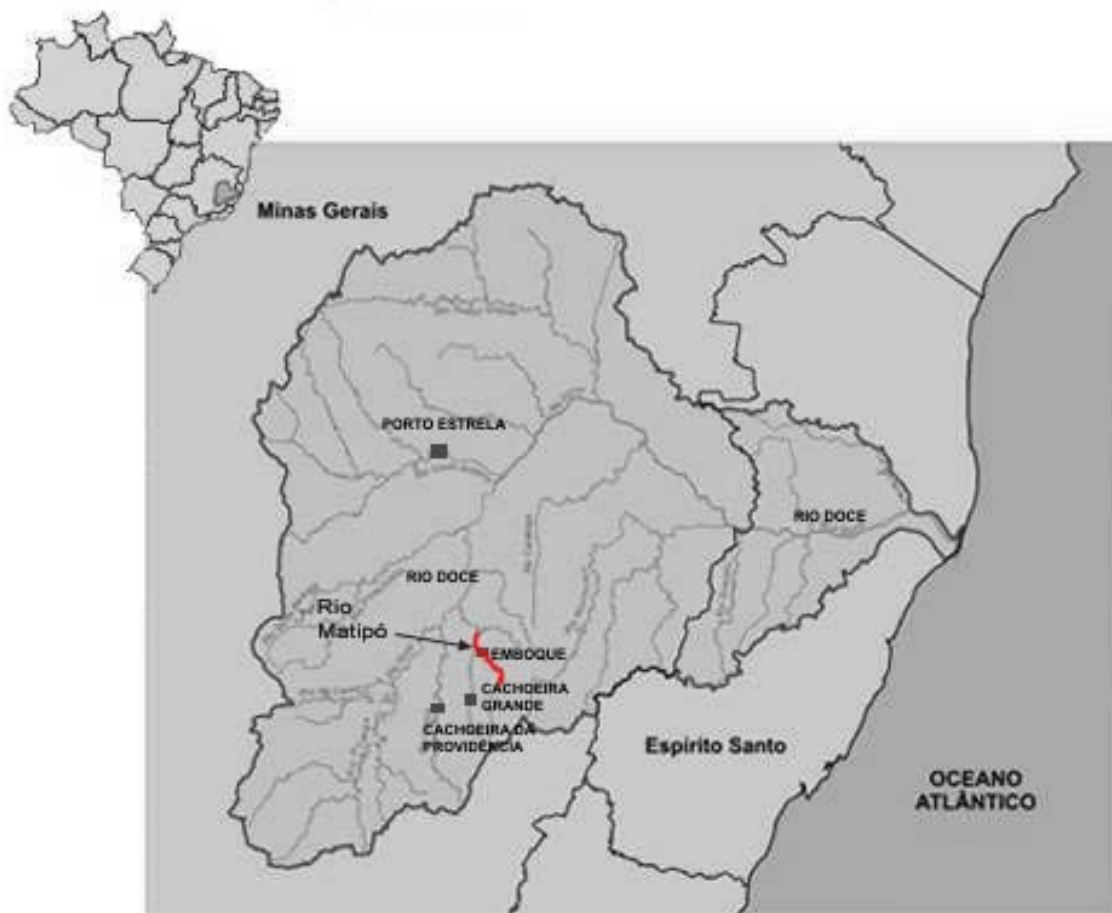


Figura 2: Em destaque, o Rio Matipó pertencente à Bacia do Rio Doce - MG, com algumas das principais barragens da região, inclusive a do Emboque. É importante enfatizar que as PCHs Cachoeira da Providência e Cachoeira Grande ainda são projetos não aprovados.

(Fonte: www.simge.mg.gov.br/.../mapa_bacia_small.gif)

As famílias diretamente atingidas pelo empreendimento foram as residentes das comunidades rurais de Córrego da Praia e Valão, (no distrito de Granada, pertencente ao Município de Abre Campo) e de São Lourenço de Baixo no distrito de Bicuíba, pertencente ao Município de Raul Soares), apontados na Figura 3, que se segue:

⁵ Dados retirados da resolução 121 de 2004 da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/rea2004121.pdf>

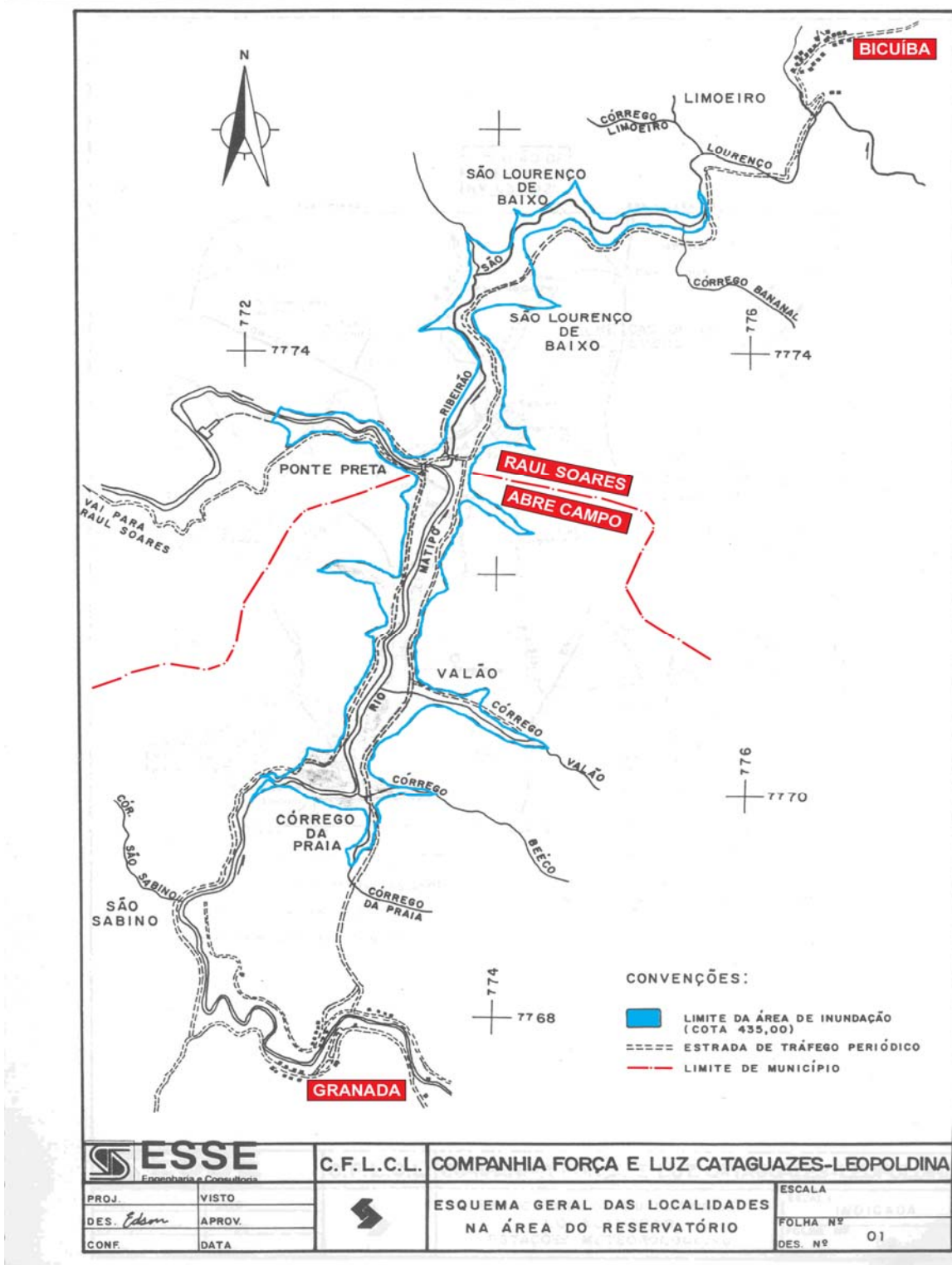


Figura 3: Mapa da região, anterior à construção da UHE do Emboque, elaborado pela ESSE Engenharia e Consultoria (Fonte: RIMA UHE Cachoeira do Emboque)

A escolha da UHE Emboque para a realização do presente estudo se deve a três aspectos relevantes: o tempo significativo de construção da usina (mais de

10 anos); por ser uma barragem construída ao final da década de 1990 sem realização de Audiência Pública (no mesmo período em que vários projetos de barragem em locais próximos como: Pilar, Cachoeira Grande, Cachoeira da Providência; que tiveram Audiências Públicas⁶); e pela ausência de estudos sobre este caso, em contraste com os citados acima.

⁶ O artigo de Rothman (2001) conclui que “a falta de acesso à audiência pública no caso Emboque foi sem dúvida, fator significativo nos resultados desfavoráveis para a comunidade atingida”. (p.319)

CAPÍTULO 2

MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

2.1 Sobre os métodos e as técnicas utilizadas para a pesquisa

O delineamento de uma pesquisa implica a escolha de uma determinada perspectiva analítica. No presente caso, preocupou-se com a natureza qualitativa das informações e do processo de construção de dados, pois, dessa forma, torna-se possível aprofundar *“no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”* (MINAYO,1997, p.22). Assim, a investigação do sentido ou do significado das qualidades dos dados construídos é que se transforma na verdadeira busca para o entendimento das percepções da população estudada.

De modo geral, esta pesquisa trabalhou com a obtenção de descrições obtidas pela pesquisadora por meio de análise documental e de entrevistas. Assim, trata-se de um estudo de caso viabilizado por um contato direto com a realidade ou situação pesquisada. O foco da pesquisadora, ao estudar o problema aqui elaborado, foi verificar como ele se manifestou nas atividades e interações da vida cotidiana dos atores envolvidos. A sistematização da realidade estudada, em suas múltiplas dimensões, teve por finalidade responder às questões que nortearam a pesquisa.

Assim, a primeira etapa consistiu na identificação das famílias atingidas. Inicialmente, foi realizada consulta às listas e documentos dos cadastros dos atingidos encontrados no RIMA⁷ e no acervo do MAB. Identificadas as famílias, inclusive os nomes de cada membro, buscou-se informações sobre o tipo de relação do atingido com a terra, se proprietário, meeiro ou arrendatário, o tipo de produção, o padrão fundiário das propriedades e informações sobre as negociações entre atingidos e empreendedor.

⁷ ESSE (1995), documento oficial do empreendimento.

A segunda etapa da pesquisa foi marcada pelo trabalho de campo, em que se passou à coleta de dados e informações sobre a situação atual da população atingida. Os trabalhos de campo foram realizados em três etapas e em todas elas contou-se com o apoio de um informante inicial, apresentado por um membro do NACAB⁸.

Em maio de 2006 buscou-se estabelecer o contato inicial com as famílias, por meio do informante inicial, para trocar idéias e informar alguns membros da comunidade a respeito da pesquisa, para que pudessem compreender os objetivos da presença da pesquisadora na comunidade. Esse momento foi realizado por meio de visitas nas casas de algumas famílias, indicadas pelo contato inicial, onde começaram a ser estabelecidas as primeiras redes de contato para a futura pesquisa. Cada membro da comunidade indicava um vizinho próximo que ia indicando os demais. Geralmente, os vizinhos próximos que eram indicados pelo anterior eram parentes, confirmando a grande presença de uma rede de parentesco na região. Quando alguns moradores não se davam bem com algum parente ou vizinho, procuravam não indicar, ou, se indicavam, não me acompanhavam até a casa seguinte. Porém, sempre buscava mostrar aos informantes que deveríamos captar todo tipo de informação, de quem ficou satisfeito ou não com o empreendimento, de amigos, parentes ou não.

Inicialmente, apresentei a proposta da pesquisa e troquei idéias com os mesmos a respeito dela. Os informantes se dispuseram a colaborar com seus depoimentos no momento das entrevistas, oferecendo fotos, documentos e escrituras para posterior análise. Na maioria das vezes, as mulheres das famílias é que se propunham a mostrar tais materiais e a oferecer depoimentos mais detalhados sobre a barragem e suas vidas. Os homens se contentavam em dar informações mais diretas utilizando frases mais curtas e simples.

Com a orientação da família contatada inicialmente, foi possível conhecer parte da população local do distrito de Granada e percorrer a região da represa para melhor conhecer e explorar a paisagem modificada pela construção da barragem. O início do “reconhecimento” da região se deu no distrito de Granada, nas comunidades de Córrego da Praia, onde, logo após, subimos a margem da

⁸ Ele é atual advogado da ONG e assessorou a população atingida por intermédio do NACAB, enquanto projeto de extensão da UFV, no ano de 1997.

represa, visitando as famílias de Valão. Mais adiante, percorremos as comunidades do distrito de Bicuíba, onde visitamos os moradores de São Lourenço de Baixo⁹.

Nessa primeira visita exploratória, foram identificados os informantes que seriam entrevistados levando-se em consideração a acessibilidade e disponibilidade dos mesmos em participar das entrevistas. As demais famílias que se mudaram para o meio urbano ou outras localidades não puderam ser contatadas para possível entrevista, pois foi perdido o contato com as mesmas, dificultando sua localização.

Com a ajuda da família contatada inicialmente e conhecedora daquela realidade, foi possível a localização e a identificação das demais famílias em campo. A amostra foi sendo construída por meio da técnica da “bola de neve”, na qual cada informante indica onde se encontram os demais (KISH,1965). Ao se constatar a repetição das informações, interrompeu-se a coleta dos dados, quando estes se tornaram satisfatórios.

Assim, num segundo momento, foram entrevistadas 32 famílias, sendo 18 residentes nas comunidades rurais do distrito de Granada (que pertence ao Município de Abre Campo), e 11 no distrito de Bicuíba (pertencente ao Município de Raul Soares). Ainda foram entrevistadas mais três famílias de atingidos que, mesmo vendendo suas propriedades e se mudando para outra região (duas do Município de Caputira e uma do Município de Manhuaçu), foi possível localizá-los por possuírem laços de parentesco ou apadrinhamento com famílias que permaneceram no local.

Nesse momento de retorno à comunidade para a realização das entrevistas pude perceber a ansiedade de alguns em dar início aos trabalhos, onde já me aguardavam em sua costumeira hospitalidade mineira, com produtos caseiros para me oferecer, como queijos, broas de fubá, café com rapadura, biscoitos fritos de polvilho e frango caipira. Além disso, uma das famílias oferecera hospedagem em sua casa, uma vez que, na comunidade, não havia hotel ou outro lugar para que eu pudesse permanecer durante as entrevistas. Durante todo o processo de

⁹ Essas localidades percorridas podem ser visualizadas na Figura 3, da página 10 do presente trabalho.

construção de dados em campo, fiquei hospedada nessa casa, podendo conhecer um pouco do cotidiano da família e da comunidade.

Para essa construção de dados utilizou-se a modalidade de entrevistas semi-estruturadas com perguntas previamente formuladas, porém, sempre deixando a possibilidade de se encaminharem outras perguntas ou comentários que não estavam previamente formulados no questionário. Pretendia-se gravar as entrevistas, mas 26 dessas famílias não concordaram em fazê-lo. Argumentaram que não se sentiam à vontade com o uso do aparelho, ou se mostraram desconfiadas e receosas de que as gravações fossem utilizadas para outros fins, e afirmaram tal fato ter acontecido anteriormente. Eles se diziam cansados de ser alvo de pesquisas, muitas delas realizadas por outras instituições de ensino, principalmente de cursos particulares de Direito da região próxima a Raul Soares. Dessa forma, a pesquisadora conduziu as entrevistas anotando as respostas à mão dos que não autorizaram a gravação, o que foi realizado apenas com seis famílias. Por esse motivo, serão apresentadas falas fiéis ao que foi dito, das que foram gravadas, conservando a linguagem e o vocabulário do falante e, em outros momentos, serão apresentadas falas assim como foram registradas nas anotações da pesquisadora.

Para garantir uma variedade representativa da população de atingidos, bem como a diversidade de pontos de vista, foram entrevistados nas duas primeiras etapas: agricultores em geral (homens e/ou mulheres), proprietários rurais que moravam na área da UHE; ex-proprietários; não-proprietários, incluindo meeiros, ex-meeiros e trabalhadores rurais, assim como suas esposas e filhos, quando possível.

O trabalho também foi complementado com entrevistas via correio eletrônico¹⁰ e/ ou pessoalmente, com alguns mediadores vinculados ao Projeto de Extensão da UFV (PACAB), NACAB, MAB e CPT, que trabalharam diretamente com a população na época da construção do empreendimento.

O retorno a campo deu-se em agosto de 2006. Essa visita foi facilitada pelo fato de a pesquisadora ter se tornado uma pessoa conhecida entre os

¹⁰ Alguns informantes, tendo em vista outros compromissos assumidos, preferiram que as entrevistas fossem conduzidas via correio eletrônico. Primeiramente, foram enviadas as perguntas mais relevantes e, posteriormente, os contatos continuaram a ser mantidos para sanar dúvidas ou adquirir outras informações.

atingidos. As desconfianças e as dúvidas foram minimizadas pelo trabalho realizado anteriormente pela família contatada inicialmente. A pesquisadora não foi mais vista pelos atingidos como apenas uma “pesquisadora” que “perguntava muito”, “insistia” e “prometia”¹¹, e que poderia até ser fonte de ameaças ou que tivesse intenções de retirá-los de suas propriedades. Esse processo de construção de dados ainda foi complementado em setembro de 2006, com mais 10 dias de trabalho de campo. Nessas etapas, procurou-se, a partir das observações diretas, apreender a realidade social dessa área como um todo.

A quarta e última visita a campo foi realizada em outubro de 2006 e durou dois dias. Para complementar as entrevistas realizadas anteriormente, utilizou-se nessa etapa o aprofundamento da memória de quatro dos informantes mais velhos e entrevistados anteriormente. Nesse momento, talvez por ser a quarta visita da pesquisadora na região, através de muito diálogo e da ajuda de alguns outros informantes conhecidos pela vizinhança, a pesquisadora conseguiu, com consentimento por escrito, que esta etapa fosse gravada para que não se perdessem aspectos ricos e importantes da entrevista. Desses depoimentos pode-se construir uma narrativa que delineou uma história oral de grupo.

Thompson (1992) destaca a importância de se valer do uso da história oral em pesquisas: “*A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance*” (p. 25)

O registro das memórias dos idosos foi fonte importante para a construção da história oral daquelas famílias, pois, como orienta o referido autor:

Um projeto de história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar a amizades duradouras, pode prestar-lhes um inestimável serviço. Muito freqüentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem. (THOMPSON, 1992, p.33)

¹¹ Citações retiradas da entrevista com informante proprietário, 56 anos.

Assim como o autor acima citado, Niemeyer; Godoi (1998) recomendam que se faça alusão à memória dos fatos marcados na vida cotidiana da população estudada, pois:

Entre esse passado como preexistência geral que se desdobra até o presente existem “regiões da memória”, onde estão contidos todos os acontecimentos que marcaram a vida do grupo. (p. 101)

Pela alusão à memória individual, foi possível captar informações sobre a produção social local, relativas aos momentos anteriores à construção da barragem.

Por intermédio das entrevistas realizadas foi possível obter elementos substanciais sobre suas realidades socioculturais, vivência no lugar, cotidiano e a percepção das mudanças socioculturais, econômicas e espaciais por eles sofridas.

Porém, vale ressaltar que a reconstrução da vida no lugar e da construção da UHE não foram realizadas apenas por meio de entrevistas, mas também a partir de análise documental. Além das informações primárias obtidas no trabalho de campo junto aos atingidos, foram analisadas diversas fontes secundárias, como os documentos do MAB Regional e da CPT, do Estudo de Impactos Ambientais – EIA, do Relatório de Impactos Ambientais – RIMA, da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e da própria empresa empreendedora. Por meio da análise de jornais impressos locais e regionais, foram identificadas e verificadas as diversas notícias da época sobre a construção da barragem, críticas e/ou protestos ao empreendimento. Também foram analisados artigos publicados sobre o assunto, teses e relatórios publicados pela Universidade Federal de Viçosa e outras instituições de ensino e pesquisa, bem como arquivos pessoais do prof. Franklin Daniel Rothman e do NACAB, que incluem relatórios de visitas e reuniões do Projeto de Extensão junto à comunidade, arquivos em vídeo e jornais impressos, contendo todas as etapas do processo da construção da usina, entrevistas com os atingidos e filmagens da época.

Como forma de complementar o trabalho de campo também foram realizados registros iconográficos como procedimento de compreensão que nessa

dissertação coloca-se como instrumento de ilustração, análise e compreensão da situação estudada. Durante a coleta de dados foram retiradas fotos que ilustram a atualidade. Além desses registros, alguns atingidos cederam fotos de arquivos pessoais de épocas anteriores à construção da barragem para que pudessem ser copiadas e anexadas ao trabalho.

É importante destacar que além das estratégias de coletas de dados já descritas, o registro em caderno de campo perpassou todas as etapas da pesquisa.

Dessa forma, ao final da construção de dados, foram entrevistadas 32 famílias, que continham, em média, de dois a quatro membros em cada residência. Desses entrevistados, 18 famílias pertenciam ao distrito de Granada (quinze proprietários, um arrendatário e dois meeiros), sendo que quatro famílias entrevistadas possuíam parentesco; três outras famílias também pertencentes a outro ramo familiar e as demais famílias de ramos independentes. Também foram entrevistadas onze famílias do distrito de Bicuíba (sete proprietários sendo que dois com propriedade ainda não legalizada e quatro meeiros¹²).

Todas as famílias que contribuíram com a construção dos dados do presente trabalho se declararam como pequenos produtores rurais, onde a agricultura é alicerçada no trabalho familiar. As propriedades também foram declaradas com tamanhos entre um a 20 hectares, sendo que, atualmente, a produção declarada¹³ está voltada para a subsistência.

Assim, ao final do trabalho em campo foi possível captar informações relevantes para a construção do presente trabalho, que serão detalhadas nos capítulos seguintes.

¹² As 4 famílias de meeiros são do mesmo ramo familiar.

¹³ As produções declaradas foram: milho, feijão, cana-de-açúcar, leite e frutas.

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO

3.1 Os empreendimentos hidrelétricos e seus impactos

A partir do momento em que se questionam os impactos causados nas populações atingidas pela construção das hidrelétricas, torna-se necessário, primeiramente, compreender de que forma eles ocorrem. Dessa forma, neste capítulo serão apresentados aspectos conceituais relevantes para a presente pesquisa e para a realidade estudada.

Inicialmente, é inquestionável afirmar que a sociedade necessita de energia e a utiliza de diversas maneiras, sendo uma delas a eletricidade. Como forma de adaptação e para atender às suas necessidades, o ser humano desenvolveu, ao longo dos séculos, formas de utilização de energia encontradas em diversas fontes na natureza, seja ela por meio de queima de combustíveis como os gases e óleos naturais, seja pelas quedas d'água. A obtenção da eletricidade por meio dessa última forma é a chamada energia hidrelétrica.

Das descobertas e do aproveitamento de formas de utilização das fontes de energia é que surge o desenvolvimento de processos que torna possível a obtenção de energia em suas diversas formas, bem como a energia hidrelétrica. As usinas hidrelétricas são exemplos do desenvolvimento dessas tecnologias. Em países onde os recursos hídricos favorecem o aproveitamento do potencial hidroenergético, como no caso do Brasil, as hidrelétricas tornam-se matrizes do setor energético.

Contudo, considerando os estudos já realizados, sabe-se que a formação do reservatório e construção da barragem implicam impactos sociais, como a remoção de famílias e o desaparecimento de comunidades com suas práticas culturais, além de impactos ambientais que se acumulam, como o desaparecimento de espécies vegetais ameaçadas de extinção, paisagens

naturais e sistemas ecológicos, como os presentes em resquícios de matas e capoeiras que guardam recursos vegetais sobre os quais ainda faltam pesquisas em profundidade.

Apesar de inúmeras críticas e produção de pesquisas que comprovam os efeitos negativos ocasionados pela construção das barragens, o investimento nesse setor não para de crescer e tornou-se tão grande em todo o mundo que, de acordo com dados da Comissão Mundial de Barragens (citado por Vainer, 2000), mais de 800.000 barragens já foram construídas no planeta, sendo que, 45 mil de grande porte. Tais empreendimentos provocam o deslocamento de cerca de quatro milhões de pessoas a cada ano, além de causar grande impacto na biodiversidade.

O Brasil é considerado um dos 20 países onde as hidrelétricas representam a parte mais importante da matriz energética, visto que responde pela geração de 92% da energia consumida no país. Devido ao vasto tamanho do território e à quantidade de rios passíveis de aproveitamento hidroenergético, desde a década de 1970, mais de 2.000 barragens foram construídas no país e mais de um milhão de pessoas já foram deslocadas, em sua maioria, agricultores familiares e populações indígenas.

A política nacional de geração de energia elétrica começou a tomar forma na década de 1960, no período do regime militar, no âmbito da Eletrobrás e de suas subsidiárias – empresas estatais vinculadas ao Ministério das Minas e Energia. Esta política, que se consolidou nos anos de 1970, gerou *“não apenas hidreletricidade, mas também efeitos sociais perversos”* (SIGAUD, 1994, p.1).

Definidas a partir de critérios “técnicos”, sob a pressão de grandes grupos empresariais privados interessados em viabilizar a realização dos lucrativos empreendimentos com hidrelétricas, principalmente as de grande porte, agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial, têm colocado abundantes linhas de financiamento. Estas políticas, públicas ou privadas, não têm levado muito a sério as implicações sociais da inundação, muitas vezes, de grandes áreas (SIGAUD, 1994, p.3). As obras de infra-estrutura necessárias à realização desse tipo de empreendimento são consideradas como medidas mitigadoras capazes de suprir as populações de recursos para novos projetos de vida em outros lugares.

Como esclareceu a referida autora:

Ao contrário do que se poderia pensar, na construção de uma hidrelétrica não estão em jogo apenas os altos interesses nacionais de produção de energia para o desenvolvimento, mas também os interesses particulares de grupos de empresas que se beneficiam enormemente com os investimentos do setor elétrico, assim como os interesses do capital financeiro internacional, que fornece uma parcela importante dos recursos (Ibid, p. 2).

As chamadas ações “sociais” (medidas compensatórias e mitigadoras) geralmente são realizadas após posto o problema e se destinam a “minimizar”, “mitigar”, “neutralizar” os impactos. Sabe-se que essas medidas estão longe de atender às demandas prévias da população atingida. Somente após definida a realização do empreendimento, assinados os vultosos contratos é que se vai realizar a “avaliação de impactos sociais” (Ibid, p.3). Essa avaliação *post facto* tem se caracterizado como um estudo pós-decisão e, por isso, é apenas um complemento de um fato consumado, e não uma investigação que orienta a justiça, propriedade ou adequação sócioambiental do empreendimento.

Como as questões sociais são colocadas em segundo plano nesse processo de tomada de decisões, elas passam a ser um “problema” e as soluções propostas, na maioria dos casos, não favorecem a população. A autora ainda deixa claro o papel das empresas do setor elétrico:

(...) se pode afirmar com segurança que as empresas do setor elétrico têm sido responsáveis pelo deslocamento compulsório e atabalhado de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida (Ibid, p. 5).

Os defensores dos empreendimentos hidrelétricos alegam que estes projetos contribuem para o desenvolvimento nacional e local, enquanto que os críticos destacam seus efeitos negativos. Martins (1993), ao tratar do impacto de grandes projetos, ressalta que

Não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (...) não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (p. 61-63).

Nesse processo de introdução do “*estranho*” na vida dessas populações, o referido autor explica que tais empreendimentos chegam às comunidades envolvidas em um discurso sedutor que propõe progresso, oportunidades de emprego, melhorias de vida devido às indenizações, fazendo com que, inicialmente, as populações se sintam interessadas e apóiem a instalação do empreendimento. Esse discurso sedutor alcança aquelas famílias que visualizam possibilidades de melhoria de vida através das indenizações recebidas, a chegada da barragem é vista como um benefício. No que diz respeito aos jovens locais, a vinda da barragem ainda pode significar a possibilidade de ir para a cidade, de dar continuidade a seus estudos, a busca por melhores condições financeiras e de trabalho e, por conseguinte, de acesso a bens de consumo e “*acesso à cultura moderna*” (cinema, shoppings, bares, roupas, etc.), apontados na pesquisa de Medeiros (2002, p.3). O referido pesquisador ainda aponta em seu trabalho que o ideal de vida para os jovens rurais é “urbano”. Dessa forma, “*a possibilidade do projeto de barragem reforça para alguns o argumento de ter que sair, devido às condições sociais e locais*” (Ibid, p. 72).

Assim, a população fragilizada pelo momento de incertezas e cheia de esperanças no progresso ali proposto, acaba por se desmobilizar num momento em que seria necessária a formação de uma identidade de resistência ao empreendimento.

Para Santos (2002) esse discurso desenvolvimentista proposto pelas empreendedoras tem como prioridade a dimensão econômica destes tipos de empreendimento.

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (p. 173).

As hidrelétricas são exemplos do processo de modernização capitalista e por isso, a implementação dos mesmos traz consigo o discurso de “*melhoria na qualidade de vida, progresso e desenvolvimento regional*” (CARVALHO, 2005, p.5).

Esses empreendimentos desenvolvimentistas caracterizam-se, como afirmou Ludwig (2005), por se impor sobre a “*valorização da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, destruindo formas de organização social, desterritorializando identidades, enterrando saberes práticos e desarraigando a cultura de seus referentes locais.*” (p. 3)

O próprio Banco Mundial, que foi um dos maiores financiadores de hidrelétricas desde a década de 1970 e, portanto, co-responsável pelo deslocamento de milhares de famílias em todo o mundo, reconhece que nos projetos de construção de barragens quase sempre se inicia um processo de empobrecimento, muitas vezes representado pela perda da terra, do trabalho, da habitação, pela marginalização das famílias atingidas, pelo aumento da mortalidade, pelas dificuldades de acesso à alimentação e pela desarticulação dos atingidos (CERNEA; MCDOWELL, 2000).

Os referidos autores ainda afirmam que “*a expropriação da terra retira o principal fundamento sobre o qual são construídos o sistema produtivo das pessoas, suas atividades comerciais e seu meio de vida. Esta é a principal forma de descapitalização e empobrecimento de pessoas deslocadas (...)*”. (Ibid, p. 23)

Iokói (apud CARVALHO, 2005) caracteriza os atingidos por barragens como sem-terra, ao considerar a falta de indenização ou os valores irrisórios pagos pelas desapropriações. De acordo com o autor, “*os atingidos por barragens expulsos da terra tornaram-se sem-terra dada a irresponsabilidade dos governos no pagamento de indenizações*” (p. 5) .

A Comissão Mundial de Barragens aponta que, além de serem deslocados pela perda de suas terras (desterritorialização), as compensações financeiras pagas aos atingidos não são suficientes para que possam restabelecer seus meios de vida em outro lugar. Os reassentamentos, quando existem, muitas vezes possuem terras de baixa qualidade ou improdutivas.

As áreas de reassentamentos são sempre selecionadas sem uma referência ou estudos sobre a viabilidade econômica das mesmas, bem como uma consulta sobre as preferências das pessoas deslocadas. Estes são geralmente forçados a reassentar em locais com áreas ambientais degradadas no entorno da represa. Assim, as terras perdem rapidamente suas capacidades produtivas para dar suporte às populações reassentadas. (WCD, apud VAINER, 2000, p.107)

Estudos etnográficos (SCHERER-WARREN et al, 1990) também destacam as consequências negativas de empreendimentos hidrelétricos sobre os atingidos. Eles perdem o investimento feito por uma ou várias gerações na propriedade, a tranquilidade do espaço vivido e construído socialmente, o sentido de “lugar”, seus valores e a identidade individual e/ou social. Além disso, observam-se perdas sociais e simbólicas, ou seja, a ruptura das relações de vizinhança, de parentesco, de comunidade, assim como as perdas de bens culturais, tais como igreja, cemitério, escola, costumes e tradições.

Assim, o impacto, a longo prazo, sobre as famílias atingidas ou transferidas pelas barragens pode revelar as rearticulações sociais e ambientais que se instalam. E nesse jogo de interpretações dos processos de mudança desencadeados pela construção de barragens, quais seriam as versões da população atingida?

3.2 A noção de “atingido”: categoria em construção

As primeiras notícias sobre as lutas de resistência nas construções de barragens vêm da região Sul do país e foram veiculadas por redes de

comunicação dos segmentos progressistas da Igreja Católica de Chapecó (SC) e Erexim (RS). Surge então uma primeira comissão para tratar das questões das barragens, composta por um agente de Extensão Rural da Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES) de Erexim e agentes pastorais (CPT), que realizavam reuniões com o objetivo de divulgar os impactos negativos causados às populações, devido à construção das barragens. Dessa forma, surge, na região Sul do país, o início de uma primeira articulação para o movimento social que ocorreu a partir das construções das barragens de Machadinho e de Itá, no início da década de 1980, quando seriam afetados diretamente 15 e 8 municípios respectivamente, deslocando, aproximadamente, 28.000 pessoas (ROTHMAN, 1996, p.118).

A partir desses eventos, em 1983, aproximadamente 30.000 pessoas realizaram uma romaria com o tema “Barragens: águas para a vida, não para a morte”, ocorrida no distrito de Carlos Gomes (município de Viadutos), numa área que seria afetada pela barragem de Machadinho. Logo após, foi realizado o “Primeiro Encontro Estadual sobre a Construção de Barragens na Bacia do Rio Uruguai”, no auditório da Assembléia Legislativa de Porto Alegre (Ibid, p.118). A partir desses eventos é que, surge então, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), início de uma mobilização organizada contra esse tipo de empreendimento, iniciando uma pré-articulação para a formação do movimento de resistência nacional. A emergência de crescentes conflitos sociais advindos da construção das hidrelétricas, fez com que entidades nacionais e internacionais, a sociedade civil, e os atingidos pelas barragens passassem a se mobilizar de forma mais intensa e coletiva com o intuito de lutar pela preservação ambiental e pelos direitos humanos de quem sofria direta e indiretamente com a implementação desses projetos. Essa articulação social reúne desde pequenos proprietários de terra, passando por assalariados rurais (assim como outras formas de relação de trabalho), até associações de pescadores e de moradores, com a intenção de manter um objetivo básico: a luta coletiva pela permanência no seu território, além da manutenção de seus símbolos religiosos, meio de sobrevivência, etc. Em suma, era uma luta pela preservação de sua comunidade, bem como pela continuidade de sua reprodução social enquanto ribeirinho ou

agricultor. Isto posto, surgiram os movimentos de resistência e as entidades de apoio aos mesmos.

Diante desses eventos, surge o movimento social de campo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), advindo da CRAB. Inicialmente, os movimentos lutavam pelo direito à indenização e pelo reassentamento, mas logo após, com a abertura política do país (fim da ditadura militar), a qual permitiu um diálogo maior entre o governo e a sociedade, passaram a carregar a bandeira do “não” às barragens.

Assim, quem são, de fato, os “atingidos” por barragem? Apenas os proprietários? Ou estão incluídos os arrendatários e meeiros?

A noção de atingidos não está fechada. Ainda está em construção e muda de acordo com as representações e interesses de cada agente envolvido no processo. É uma categoria social em disputa e, nestes termos, a noção de *atingido* irá variar no tempo e no espaço, de acordo com os contextos políticos e culturais. A construção de barragens configura um contexto de conflitos sociais e na medida em que diferentes agentes sociais estão envolvidos em disputas em todo o processo, diferentes visões aparecem desde a concepção, a implantação e depois, a operacionalização dos projetos hidrelétricos.

Assim, as primeiras tentativas no Brasil para conceituar os atingidos ocorreram no início da década de 80, no caso dos colonos da bacia do Rio Uruguai, quando estavam sofrendo as conseqüências negativas dos empreendimentos realizados pela ELETROSUL. Esta empresa considerava como *atingidos* apenas “o proprietário da terra e/ou sua propriedade” (Faillace apud ROTHMAN, 1996, p.131). Esta concepção foi classificada por Vainer (2003) como patrimonial-paternalista, uma vez que desconsiderava aqueles que não detinham a posse da terra, mas que dependiam dela para dar continuidade à sua sobrevivência.

A estratégia territorial patrimonialista desconhece qualquer direito social ou territorial dos não proprietários, eximindo as empresas dos custos sociais impostos a esta parcela da população transferida. Na maioria dos casos não se reconhecia a existência de qualquer impacto social ou ambiental. E o único problema era, por assim dizer, um problema patrimonial fundiário. O tratamento era o de negociação dos valores da desapropriação. Embora

durante muito tempo o termo não fosse utilizado, é evidente que esta abordagem apenas reconhecia como atingidos os proprietários de terras. Assim, a perspectiva territorial-patrimonialista era, quase sempre, indenizatória (Ibid, p.3).

O papel exercido pela CRAB foi fundamental para o alargamento do conceito de *atingido* da ELETROSUL. Inicialmente, a Comissão aceitou o termo, mas logo procurou incluir em sua definição “*categorias de agricultores sem terra, ocupantes, arrendatários, parceiros, populações indígenas, bem como as famílias dos agricultores, proprietários ou não*” (ROTHMAN, 1996, p.131). Assim, a partir das lutas da CRAB para ampliar a definição de *atingido*, a ELETROSUL se viu obrigada a reconhecer os grupos que não haviam sido incluídos inicialmente, bem como a redefinir “*os fatores que afetariam as pessoas: não apenas a água, mas também as linhas de transmissão, alojamento dos operários de construção e o terreno do comando.*” (Ibid, p.131).

A abordagem conceitual de *atingido* para órgãos internacionais como a *International Financial Corporation* (IFC), o Banco Mundial e a Comissão Mundial de Barragens é considerada mais abrangente, não restringindo apenas aos afetados diretamente pela água. Essa inovação conceitual se deu a partir da incorporação da noção de “pessoas economicamente deslocadas”. Dentro desse viés, pescadores que perdem ou têm a pesca consideravelmente reduzida, agricultores que deixam de ter acesso à agricultura de vazante, encontram-se na condição de deslocados econômicos, estando, portanto, inseridos na categoria de *atingido*.

De acordo com o manual da *International Financial Corporation*, citado por Vainer (no prelo),

O deslocado econômico é aquele resultante da interrupção de atividades econômicas mesmo sem qualquer conotação físico-territorial. Apenas como ilustração se poderia citar também o pequeno comerciante que perde a clientela, ou o caminhoneiro que recolhia o leite de produtores que não existem mais. (VAINER, no prelo, p. 7)

Ainda de acordo com o referido autor, existe uma outra concepção que, de certa maneira, continua predominando, pelo menos na prática:

É a que chamamos de concepção hídrica, e que identifica atingido e inundado. Mesmo quando reconhece os não proprietários – isto é, os ocupantes, posseiros, meeiros, etc. - esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório – ou, como é corrente na linguagem eufemística do Banco Mundial, reassentado involuntário. (...) Na verdade, a concepção hídrica não é senão uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista, uma vez que continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área a ser ocupada pelo projeto, e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor (Ibid)

Essas concepções ainda visualizam os direitos da empresa, gerando impactos e modificações sociais das comunidades atingidas, como no meio ambiente. Essas mudanças podem possuir várias dimensões e escalas espaciais e temporais¹⁴.

As Ciências Sociais vêm se ocupando a longa data com o estudo desses processos de mudança social, considerando a noção de *impacto* limitada para dimensionar a complexidade dos processos sociais em questão.

Entender o processo como mudança social implica, igualmente, considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações prevalecentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais). Assim, por exemplo, a dispersão de um grupo familiar extenso, ou a inundação de lugares com importância simbólica – religiosa, por exemplo - para um determinado grupo social. (Ibid)

Para as diversas sociedades, a concepção e vivência do espaço irão envolver outros valores que vão além dos materiais, ou seja, econômico-

¹⁴ Sigaud (1986), por exemplo, opta por analisar os efeitos da construção de barragens “como mudanças na estrutura das relações sociais na qual está inserida, perspectiva esta que coloca em questão a própria possibilidade de “impactos temporais “ (p. 6).

monetários. A exemplo disso, Oliver-Smith (2001) registrou o depoimento de um porta-voz de uma comunidade tribal da Índia:

Você nos diz para aceitar a compensação. Pelo quê o Estado está nos compensando? Nossa terra, nossos campos, as árvores de nossos campos. Mas, nós não vivemos apenas disso. Você vai nos compensar pela nossa floresta? (...) Ou você vai nos compensar por nosso grande rio – seus peixes, suas águas, pelos vegetais que crescem nas suas margens, pela alegria de viver à sua volta? Qual o preço disso? (...) Como você nos compensará por nossos campos? – nós não compramos essa terra; nossos antepassados trabalharam nela e aqui se estabeleceram. Qual o preço dessa terra? Nossos deuses, o apoio dos nossos parentes – qual o preço você dá para isso? Nossa vida Adivasi – qual o preço você dá para isso? (Brava Mahalia, “Letter from a Tribal Village”, apud OLIVER-SMITH, 2001).

No depoimento acima citado percebe-se que as populações afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos, mesmo não sabendo ao certo o que significa o empreendimento, têm a noção dos efeitos negativos que sofrerão a partir do mesmo.

Ao alargar do conceito de atingido, o IFC explicita sua crítica à perspectiva patrimonialista e esclarece a necessidade de considerar os não proprietários.

A falta de título legal da terra não desqualifica as pessoas para a assistência do Reassentamento. Os proprietários privados e possuidores de direitos assim como também qualquer pessoa que ocupe terra pública ou terra privada para abrigo, negócios, ou outras fontes de sustento devem ser incluídas no censo (IFC, apud VAINER, no prelo)

Além disso, o Manual da IFC também considera populações e as comunidades que serão impactadas pelo reassentamento das populações deslocadas.

A partir dessa sistematização conceitual fica claro que o termo ainda está em construção, podendo ser alterado e melhorado ao abranger outras categorias descritivas ainda não incluídas na atualidade e que podem modificar o jogo de

forças no qual sua definição traz implicações sócio-ambientais e culturais muito sérias.

3.3 Sobre as estratégias do setor elétrico

Pesquisadores vêm observando que as subsidiárias têm um comportamento estruturado de forma demasiada semelhante, no que diz respeito às estratégias de implementação do empreendimento hidrelétrico e no processo de negociação com as famílias atingidas, quais são: *“desinformação, estratégia territorial patrimonialista e negociação individual.”* (VAINER, no prelo)

A primeira tática descrita pelo autor referido é a desinformação que: *“constitui uma das principais armas do setor elétrico”* (Ibid). Para compreender o efeito dessa desinformação, basta refletir sobre indivíduo que nunca se defrontou com outra situação semelhante anteriormente, dificilmente irá conseguir conjecturar as conseqüências da situação imposta no presente, uma vez que, para este indivíduo é difícil visualizar as dimensões prejudiciais que o empreendimento hidrelétrico pode trazer à comunidade e ao ambiente.

Geralmente, o que ocorre nas comunidades atingidas, é o fato de que:

Não têm nenhuma referência anterior do que seja efetivamente uma barragem, nem do tipo de conseqüências que elas provocam nas regiões onde se implantam. Esse caráter de novidade é reforçado pela quase completa ausência de informações, que parece ser uma estratégia do setor elétrico (...). (RIBEIRO, 1993, p.104)

Germani (2003) também aponta esse caráter de novidade sobre as hidrelétricas, em seu estudo sobre as populações atingidas pela UHE Itaipu. Um de seus informantes, atingido pelo projeto, afirma que:

A gente pensava que seria uma grande coisa e não tínhamos idéia que tivéssemos que sair. Iam fazer aquela barragem, talvez 3, 4 ou mais nos rio Paraná. E, como o leito do rio é lá no fundo, a gente, assim, não tinha nem idéia que nós teríamos que sair. (p. 69)

Ao reconhecer essa falta de informações da população a respeito do futuro empreendimento a ser projetado no local, inicialmente, a empresa adere à política de não fornecimento de informações precisas à população, como forma de introduzir-se com mais facilidade na região. Não são esclarecidas questões como indenizações; quem se enquadra à categoria de atingido e que por sua vez, possui direitos perante as negociações; impactos causados pela construção da hidrelétrica, etc. A partir desse momento, muitas vezes mesmo antes de obter as licenças prévia e de instalação da hidrelétrica, a empreendedora passa a comprar algumas terras para se instalar no local com o intuito de:

assegurar que, em caso de vir a surgir resistência, a empresa já se encontre ancorada no terreno e a obra já possa aparecer como algo irreversível, quase como se fosse um fenômeno natural diante do qual não se pode senão sofrer as conseqüências.

(VAINER, no prelo)

Numa próxima etapa, a empresa inverte sua atuação, ou seja, ao invés de não fornecer informações concretas, como fez no primeiro momento, passa a realizar a propaganda de sua obra e a mostrar seus benefícios, trazendo o discurso de progresso, melhoria de vida da população, oportunidades de emprego, novas casas, etc.. Ao se encantarem com as oportunidades propostas com a vinda da hidrelétrica, muitas famílias apóiam o empreendimento.

Ainda nesse momento inicial, de acordo com Vainer (2000, p.20), a empresa passa a fornecer informações desconstruídas, contraditórias, como os preços das indenizações e as datas de construção e enchimento da represa, gerando um clima de dúvidas e insegurança entre os atingidos, fato este que facilita ainda mais a atuação da empresa, ao deixar a população sensível e temerosa.

Além dessa falta de informações, a empreendedora geralmente divulga números exagerados sobre as pessoas que negociaram individualmente e valores altos pagos na indenização, como forma de persuadir os demais a aderirem às negociações propostas pela empresa.

Até o início da década de 1980, ao efetivar as negociações com as famílias atingidas, a empreendedora reconhecia por atingidos somente aqueles que possuíam os direitos legais da propriedade (estratégia territorial patrimonialista, considerada pelo referido autor, - Ibid: p.21), ou seja, desconsiderava os trabalhadores que ali empregavam sua força de trabalho diária, entre eles meeiros, pescadores, caçadores, etc.).

Após resolver este “problema social”, em que as famílias atingidas são identificadas para que se proponham às negociações, as empresas nem sempre se preocupam com as condições em que a população atingida receberá para se reterritorializar ou se restabelecer, muitas vezes sem oferecer oportunidades para que os atingidos discutam sobre os valores das indenizações. Porém, sabe-se que nem sempre uma família consegue se restabelecer em uma propriedade equivalente à negociada, uma vez que o montante recebido não é suficiente para a aquisição de terras cultiváveis, ou quem sabe até mesmo para a construção de uma nova casa.

O terceiro momento estratégico da empresa aparece com o oferecimento das negociações individuais, procurando proprietário por proprietário.

Para Vainer (2000)

Embora pareça irracional do ponto de vista organizacional, tal opção tem objetivos claros: impedir, ou dificultar, a discussão e organização coletivas. Para a empresa, a população não existe enquanto coletividade/comunidade, mas apenas como um somatório de proprietários individuais. (p. 21)

Através das negociações individuais, a empresa também busca impedir que os problemas sociais gerados pelo empreendimento se manifestem fora dos limites da área a ser afetada.

Dessa forma, conhecidas as táticas das empresas do setor Elétrico, os movimentos sociais buscam enfrentá-las, procurando informações a respeito dos empreendimentos, discutindo os projetos, trocando experiências com atingidos de outras localidades, contatando profissionais que possam fornecer subsídios para a avaliação dos efeitos sociais e ambientais e, por fim, mobilizando e conscientizando as populações em defesa de seus direitos.

Além da mobilização, a negociação coletiva também tem sido difundida pelos movimentos sociais e entidades de apoio, proporcionando o surgimento da consciência de cidadania que levam às novas práticas de solidariedade e coletividade para os atingidos, termo que, para Vainer (no prelo) possui atualmente *“um símbolo de uma vontade de luta, de apego á terra e à região – que se opõe à forma gramaticalmente passiva da expressão.”*

3.4 Espaço, território e lugar no contexto do deslocamento compulsório.

O deslocamento compulsório é um dos principais efeitos da construção de hidrelétricas sobre a população atingida. Morando muitas vezes por muitos anos em determinado lugar, onde foram construídas relações sociais duradouras, e raízes foram firmadas, a população atingida se vê obrigada, em nome do progresso, a se deslocar para outra área ou se adaptar no entorno da represa, onde terá que reconstruir seus meios e modos de vida, laços de vizinhança e o conhecimento das manhas da nova terra.

O “fantasma” do deslocamento começa a rondar os atingidos quando recebem a primeira notícia sobre a construção da barragem.

Estes rumores geram os primeiros impactos já que produzem incerteza na população, que se questiona se pode continuar com sua vida normal: períodos de semeadura, investimentos, aquisições, entrada nas escolas, etc. (CORTÉS, 1999, p.56).

Para os atingidos, a mudança resultante da construção da barragem:

não significa apenas mudar de um espaço físico para o outro, mas significa a troca de um espaço com sentidos múltiplos: um sentido mais objetivo que permite uma valorização e uma quantificação monetárias em relação à terra e suas benfeitorias e, uma valorização baseada em representações simbólicas que atribuem um valor estimativo a um espaço que foi, também, apropriado e construído socialmente (SCHERER-WARREN et al, 1990, p.30).

Para alguns autores, como é o caso de Geiger (apud SANTOS, 2002b, p. 244), a migração forçada seria um caso de *desterritorialização*, isto é, de “*esvaziamento do território*” ou de perda do lugar vivido e socialmente construído. O conceito de *desterritorialização* deriva do conceito de território, entendido por Corrêa (apud SANTOS, 2002b, p.251) como “*espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas*”. Para o referido autor, o fato de a terra pertencer a alguém não quer dizer necessariamente que exista uma vinculação de posse, mas sim, de apropriação em dimensões simbólicas. Guatari (1985) complementa com a noção de que território “*pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito se ente em casa. O território é sinônimo de apropriação, se subjetivação.*” (p. 110)

Para Santos et al (1988) o espaço é visto como:

um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento (p.16).

Segundo Corrêa (apud SANTOS, 2002b) o conceito de território pode ser pensado em duas dimensões: política e afetiva. A dimensão política vincula-se à geografia política e geopolítica, e a afetiva “*deriva das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos.*” (p. 251)

Outro autor também trata o território segundo as dimensões política e afetiva:

a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando um sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas (Andrade apud SANTOS, 2002, p.214).

O conceito de território para Cara (1996) também se subordina ao de espaço, na medida em que afirma que “o *território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço*” (p. 262).

O conceito de território não se prende apenas a um princípio material de apropriação, de posse, mas a um princípio cultural, de identidade, de pertencimento, de sentimento. Bonnemaïson; Cambrèzy (apud OLIVEIRA; MARTINS, 2005) afirmam que

pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-lo dele (...) Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (p. 28)

Outro autor relaciona o conceito de território/terra ao de “lugar”, não um lugar qualquer

mas a um lugar construído como local de moradia, fundamento da sociabilidade, objeto de trabalho coletivo e meio de vida que garante a construção da rede de relações humanas com significados e sentidos específicos (LUDWIG, 2003, p.7).

Para Tuan (1983), lugar é uma “*classe especial de objeto. É uma concreção de valor, (...); é um objeto no qual se pode morar*” (p. 14). Desse modo, à noção de lugar pode-se associar a de espaço localizado, onde se estabelecem relações sociais especiais, que tenham significado, que despertem sentimentos de pertencimento, impregnados de simbolismos.

Pode-se inferir desta forma que o lugar não é apenas o espaço físico, que serve de base para produção dos meios de sobrevivência, mas um espaço dotado de significados, onde as pessoas constroem sua identidade social e/ou coletiva.

Nesse sentido, para Ludwig (2003), os lugares

constituem partes integrantes de uma totalidade espacial, o que significa que não são autônomos e dotados de vida própria, mas que se vinculam ao caráter social e histórico da produção do espaço físico total. (...) os lugares redefinem-se a partir da diversidade como sedes da diferença, da alteridade natural-sociocultural perante o projeto homogeneizador do espaço e da cultura, decorrente da globalização econômico-tecnológica (p. 4).

E são nesses lugares materializados no espaço que as pessoas depositam seus valores, e deixá-los implica deixar para trás todo o investimento de sua força de trabalho elaborado durante a sua existência, embutido em projetos de vida, de memória, relações de vizinhança (compadrio, parentesco) e bens culturais construídos coletivamente (Igreja, escola, etc.). Ainda para a autora,

o lugar que se materializa na paisagem, historicamente construído, é suporte para a memória coletiva daqueles que a ele se ligam no momento presente. Sua permanência possibilita aos moradores encontrar-se com eles próprios, situarem-se no tempo, ter acesso à história vivida (Idem, p. 5).

É no espaço vivido e socialmente construído que o lugar se revela, estabelecendo relações sociais e humanas, modos de vida, referências, produzindo uma rede de significados, formando identidades e sentimento de pertencimento do sujeito a ele.

Os conceitos de território e de lugar trabalhados pelos citados autores, possuem significados próximos. A idéia de território, espaço e lugar como produto e produtores de relações sociais ou vínculos sociais, de manifestações culturais, de formação de sociabilidades, impregnados de significados e que incitam o sentimento de pertencimento permeia ambos os conceitos. De acordo com Pinto (apud CARVALHO, 2005, p.8), entendemos 'vínculo social', como a *"dupla vinculação dos homens com o mundo e dos homens entre si e que é construída através da linguagem produzindo o sentido de suas múltiplas ligações reais: de trocas econômicas, de poder político, de inscrição num mundo cultural de valores"*

(Autès apud PINTO, 2003, p.108). Essas múltiplas ligações configuram o espaço com uma dinâmica de sociabilidade própria, sendo “sociabilidade” compreendida *“como padrões e formas de relacionamento social concreto que ocorrem em contextos ou em círculos de interação e de convívio social determinado”* (Pinto apud CARVALHO, 2005, p.10).

A desterritorialização da população atingida provocada pelo deslocamento compulsório devido à construção de hidrelétrica pode ser compreendida como a *“perda do acesso à terra, vista não só em seu papel de reprodução material, num sentido físico (...), mas também como locus de apropriação simbólica, afetiva”* (HAESBAERT, 2001, p.127).

Dentro dessa perspectiva, a desterritorialização também leva à exclusão social, uma vez que, ao perder parte de bens materiais e simbólicos, o atingido e sua família também perdem algumas formas de participação na sociedade, seja de natureza econômica ou social (idem).

Para Martins (2003) o processo de exclusão é resultado do modelo de desenvolvimento capitalista. Dessa forma, *“o excluído seria uma vítima da exploração capitalista”*, sendo também *“excluído das oportunidades de participação social”* e do *“fazer História”* (Ibid, p. 31). Em outra obra (MARTINS, 1997, p.14-16) o autor nega a existência da exclusão total, apontando que na verdade o que existem são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos que são, por sua vez, excludentes, criando situações de privação, seguindo a lógica da sociedade capitalista, que tem como *“lógica própria desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado”* (Ibid, p. 30-32). Assim, a sociedade cria uma população que tem poucas chances de se incluir nos padrões sociais de desenvolvimento, podendo até se integrar no plano econômico dessa sociedade, em que consegue algo para sua sobrevivência (inclusão), mas não no plano social e moral. Por isso, são considerados *“excluídos”* e *“incluídos”* ao mesmo tempo, onde, ele fornece como exemplo, as crianças que se prostituem, estando incluídas no mercado de uma sociedade excludente, revelando um outro lado dessa inclusão social, em que elas *“se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente”* (Ibid, p.33-34).

Retornando à questão da perda do território, Carvalho (2005) sugere que nesse contexto exista a idéia de um movimento: milhares de pessoas são desterritorializadas pela territorialização das barragens.

A análise territorial desempenha papel na compreensão da mudança social de um modo geral; seria interessante representar a mudança social (e seu contrário, o bloqueio) sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte isso, a vida e a morte dos territórios. A mudança social é vista como um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (Barel apud CARA, 1996, p.264)

Assim, na medida em que atingidos por barragens se defrontam com a possibilidade de deixarem o *lugar*, sentem a iminente ameaça das perdas físicas e simbólicas, representadas pelos laços sociais ali estabelecidos, por suas raízes, tradições culturais, meios e modos de vida. De acordo com Rothman (1993, p.193-195), ao citar a abordagem de perdas materiais e simbólicas sofridas por atingidos por barragens em Scherer-Warren et al (1988), alguns líderes da CRAB perceberam que os discursos utilizados pelos colonos durante seus encontros revelavam o discurso das “perdas”. Como a ELETROSUL não apontava certezas sobre os futuros dos atingidos, estes se mobilizaram ao perceberem que iriam, ao migrar involuntariamente, perder suas terras, seus meios de vida e suas identidades econômicas, a vida em comunidade e tradições culturais, escolas, igrejas, sepulturas de antepassados, etc., fato observado por agentes da CPT. Dessa forma, a Igreja se apropriou desse discurso, com o intuito de sensibilizar e conscientizar os colonos durante os processos de mediação entre os mesmos e as empreendedoras.

Dessa forma, os atingidos, deslocados compulsoriamente, reassentados e/ou realocados no entorno do lago, se defrontam com outros desafios, pois a chegada ou o rearranjo no *outro* lugar representa, para eles, (re)fazer e (re)construir relações sociais e econômicas.

Também se torna necessário compreender a representação que a barragem possui para as comunidades atingidas, ou seja, como ela é vista, sentida, vivenciada e explicada por essas pessoas. O que a construção da

barragem representa para suas vidas sociais, econômicas e culturais é de suma importância para uma análise mais profunda desse contexto.

Compreendemos, no presente trabalho, a representação social como *“um conjunto amplo de significados criados e partilhados socialmente. É todo um sistema de crenças e valores que todos possuímos e que não é apenas individual, mas que é também social”* (GUARESCHI, 2000, p.70).

A compreensão das representações social se torna importante no momento em que a mesma “comanda” as ações das pessoas, norteia suas produções simbólicas, sua coletividade, uma vez que também é considerada como *“ ‘tijolos de saber’, porções de sabedoria, tradição, senso comum, memória, que encontramos e todas as sociedades e que são extremamente importantes se quisermos compreender a ‘alma’ desse povo”*. (Ibid, p. 77)

Portanto, as representações da barragem, da perda do território, dos laços sociais, do deslocamento compulsório ou do realocamento e das adaptações dos atingidos ao novo contexto imposto aos mesmos apresenta uma realidade interessante e necessária de ser analisada no momento em que novos projetos de barragens estão sendo implementados e incentivados em todo o mundo.

Capítulo 4

Discussão, Análise e Resultados

4.1 A chegada da barragem: “Eles insistem demais, igual furunco na gente”.

Um fato novo sempre gera diferentes formas de percepções e interpretações, de acordo com as experiências individuais e coletivas socialmente construídas.

No caso da notícia sobre a construção de uma barragem, sua divulgação chega entre aqueles que serão atingidos, fazendo com que os mesmos comecem a processar as informações que nem sempre chegam de forma clara. Nesse processo, é comum o surgimento de diferentes pontos de questionamento. Mesmo não conhecendo todo o processo de licenciamento, negociações e construção de uma barragem, alguns atingidos poderão questionar a perda de suas propriedades e de suas formas de produção e meios de vida. Outros poderão perceber o empreendimento enquanto possibilidade de mudança positiva, seja em relação a um deslocamento para um outro local, seja em relação a um novo padrão socioeconômico, advindo do valor recebido pela venda ou indenização de suas terras.

Para os jovens do meio rural, a construção de uma barragem pode representar novas possibilidades de vida, como a mudança para a cidade, a possibilidade de dar continuidade aos estudos, como apontado na pesquisa de Medeiros (2002).

Para o referido pesquisador, ao citar Carneiro (1998),

Os jovens rurais oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que expressa no desejo de ‘melhorarem o padrão de vida’, de ‘serem algo na vida’, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de

pertencimento à localidade de origem, já que a família é um 'espaço privilegiado de sociabilidade' (MEDEIROS, 2002, p.15) .

Assim, as percepções das famílias atingidas sobre um projeto de barragem podem ser variadas. É nesse contexto que o presente estudo buscou captá-las e apreender o significado impresso ao empreendimento UHE Cachoeira do Emboque, pelos atingidos, aproximadamente dez anos após sua construção.

Ao iniciar as entrevistas em campo, as primeiras impressões passadas pelas famílias, ao serem questionadas sobre o empreendimento e suas memórias sobre a época das negociações e implantação do projeto, revelam que muitos não acreditavam que um dia ele viria a se concretizar. De acordo com os entrevistados, as notícias sobre a construção da barragem já existiam a mais de 30 anos, criando-se assim, uma imagem de que a mesma nunca viesse a se efetivar:

“Já tinha uns trinta anos ou mais que veio um helicóptero uma vez com gente pra medir o local, falando que ia construir uma barragem. De tempo em tempo vinha gente aqui mas nunca saía. Quando foi construir mesmo o pessoal da empresa veio medindo, colocando placa, indo nas casas das pessoas falando que ia construir.” (Informante proprietário, 60 anos)

“Uns trinta anos antes o pessoal marcou, fez medida. Meu pai não acreditava que ia ter barragem. Sempre achava que não ia pra frente.” (Informante proprietária, 42 anos)

Como visto nos depoimentos acima, o fato de se realizarem estudos de viabilidade hidroenergética e nunca se concretizar o empreendimento, levou a população a não acreditar na possibilidade de sua efetivação.

Porém, ao iniciarem em 1995 as negociações e a compra de algumas propriedades por parte da empreendedora CFLCL, estudos realizados por Rothman; Lopes (1999) ¹⁵, apontam que, nessa época, a população percebera o

¹⁵ De acordo com os referidos autores e pesquisadores, 44% dos atingidos pelas UHEs de Porto Estrela, Pilar e Cachoeira da Providência afirmam acreditar na construção das hidrelétricas devido à força política que envolve esse empreendimento. (p.24) Através desses dados pode-se perceber

poder da empreendedora e do Governo, levando os atingidos a concluir sobre a inevitabilidade da construção da hidrelétrica.

Além da percepção da possibilidade de se efetivar o projeto devido às forças políticas que estariam associadas ao empreendedor, o representante do MAB-ARD¹⁶ que mediou o processo inicial das negociações em 1995 também apresenta suas observações a respeito:

“A barragem de Emboque iniciou sua operação em 1998; eu ainda não estava em Granada. Mas desde a discussão e implantação da barragem de Emboque a gente já participava, juntamente com o pessoal do NACAB. Fomos lá diversas vezes discutir com o povo. Mas grande parte tinha resistência ao trabalho por causa, principalmente, do trabalho de convencimento que a empresa havia feito durante mais de 20 anos.” (depoimento retirado de entrevista com o representante do MAB-ARD, realizada para a presente pesquisa em dezembro de 2006)

De acordo com o referido informante, o trabalho de convencimento realizado pela empresa sobre a população também fora um fator a ser considerado na irreversibilidade da concretização do projeto e na posição de desvantagem dos atingidos, quanto a qualquer resistência à implantação do mesmo.

Assim, em 1995 a CFLCL inicia o processo de pedido de licenciamento junto à FEAM, recebendo a Licença Prévia, documento que permite o pedido de Licença de Instalação, com o qual se tem a autorização para o início da construção da barragem. Nesse mesmo ano, a empreendedora iniciou algumas negociações individuais, adquirindo algumas propriedades e afixando placas no local, informando que a referida área pertencia à empresa, além de divulgar um jornal informando sobre o empreendimento que ali seria construído. Vainer (2000) aponta em seu trabalho algumas táticas de desarticulação das comunidades, realizadas pelas empresas do setor energético, e uma delas é realizada pela CFLCL, quando a mesma comprou parte das melhores terras locais para instalar seu canteiro de obras e demonstrar à população que o empreendimento era

como os atingidos pelos projetos acima citados tiveram percepções semelhantes a respeito da inevitabilidade do empreendimento.

¹⁶ O referido representante do MAB regional também é pároco e atuou na Igreja local de Granada, nos anos de 2003 à 2005.

concreto e irremediável. De acordo com o depoimento coletado do representante local da comunidade de Granada, a compra das terras do maior proprietário local serviu para intimidar a comunidade e mostrar que, se a empresa pôde comprar terras do maior proprietário, poderia comprar a dos menores também.

A partir desses eventos e de acordo com a percepção dos atingidos, os mesmos inferiram que o governo já havia liberado a construção da barragem, não podendo então, a população, criticar ou tentar impedir a efetivação do empreendimento.

De acordo com o depoimento de um dos atingidos, representantes da empreendedora chegavam repentinamente com a notícia da compra das terras e os pressionavam a vendê-las rapidamente, sem oferecer tempo para que pudessem refletir sobre a questão, ou mesmo para procurar informações sobre seus direitos.

“Ah, primeiro falo que nós ia ter emprego, casa nova, aí eu fiquei animado, achei que ia arresolver minha vida. Mas depois começou um tal de Paulo ir nas casa das pessoa, pressionar e forçar a negociar, tratava mal a gente, dizia que ia mandar alagar tudo com nós aqui. Aí nós começô a percebê que o negócio era outro, tava ficando feio...(...) Ah, como sempre cada um quer uma coisa. Eu queria o que era meu, não queria sair e deixar minhas coisa. Mas falo que iam alagar e que se eu não assinasse o papel não ia receber nada no final. Acabei aceitando o que eles disseram que eu tinha que ganhar, não deu pra nada, fiquei na pior, o dinheiro durou poucos meses.”(Informante proprietário, 57 anos)¹⁷

Como pode ser observado, essa “chegada do estranho” à comunidade, representado pela chegada da barragem, como citado por Martins (1993), pode geralmente acontecer de maneira persuasiva, com um discurso sedutor que propõe a uma população fragilizada pelo momento, a vinda de progresso, desenvolvimento, oferta de emprego, dinheiro, oportunidade de concretizar o sonho de ir para a cidade, etc. Para aqueles que vêem na barragem a possibilidade de ganhos e prosperidade, o discurso chega com facilidade a esses interlocutores e pode se tornar efetivo.

¹⁷ Depoimento gravado com a permissão do informante.

Aquelas famílias que já possuíam a intenção de sair do local ou se interessaram pela possibilidade de mudanças, negociaram suas terras em 1995 de maneira individual com a empreendedora. Os demais se mobilizaram para criar uma comissão local para realizar as negociações de maneira coletiva. Porém, por falta de informações a respeito do empreendimento e de seus direitos enquanto atingidos, perderam o prazo para pedir uma audiência pública, espaço institucional em que poderiam criticar o empreendimento.

De acordo com dados obtidos pelos depoimentos coletados em entrevistas nesse período, alguns atingidos afirmavam que “*o que a empresa quer é ficar livre do pessoal o mais logo*” (ROTHMAN; VIEIRA, 1997, p.17). E essa declaração confirma o que foi dito por Martins (Ibid, p.61-63), o qual afirma que tais projetos têm como pressuposto a remoção dessas famílias, também consideradas, segundo Vainer & Araújo (1990), como enclaves ou problemas para a empresa, a serem removidos do local para a viabilização do empreendimento:

A região, o meio ambiente e tudo o mais são olhados a partir do grande projeto, parte em função de uma estratégia setorial. Quanto às populações, passam a ser um obstáculo que deve ser removido para limpar o terreno (Ibid, p. 20)

Ainda nesse mesmo ano, a comissão local pediu auxílio às entidades mediadoras (NACAB, CPT, e MAB), para que pudessem ser mais bem orientados durante o processo de negociações com a empresa. A negociação coletiva é fortemente reforçada nesse momento pelas assessorias, porém, ainda existiam conflitos de interesses que desarticulavam o processo. Um atingido comenta sobre as negociações coletivas: “*a união tá difícil, ou vende todo mundo ou não vende ninguém*” (ROTHMAN; VIEIRA, 1997, p.21).

Para um dos assessores¹⁸, esse processo de negociações não fora fácil, uma vez que:

“Qualquer negociação coletiva é difícil e envolve uma mudança de consciência dos indivíduos para saber que ela é melhor do que a individual. Quando a assessoria chegou à comunidade a empresa

¹⁸ Ele é o atual advogado do NACAB, que participou do processo de negociações como estudante e pesquisador de iniciação científica, fornecendo tais dados por meio de entrevista, em dezembro de 2006.

já estava lá há algum tempo. Ela fez laços com as pessoas o que dificultou a organização do povo. Também não havia muita estrutura para a assessoria dos atingidos ficar em campo o tempo necessário para organizar uma luta coletiva. Já a empresa ficava na comunidade todo dia e isso fez diferença. (...) Como disse faltou uma maior consciência coletiva sem contar com o fato que a empresa incentivava todo dia a negociação individual. Esse é um problema não só de Emboque mas de todos os licenciamentos ambientais de hidrelétricas que pude acompanhar em 9 anos". (dados retirados da entrevista realizada para a presente pesquisa em dezembro de 2006)

Como visto no depoimento acima, a empresa já estava presente no local realizando um trabalho de aproximação e convencimento com a comunidade. Por esse motivo, foi mais fácil para o empreendedor desarticular a população e convencê-la de que as negociações individuais seriam mais interessantes. Tais momentos foram apresentados anteriormente por Vainer; Araújo (1991) quando o mesmo relata sobre as estratégias adotadas pelo setor elétrico para a desarticulação das populações atingidas, sejam elas: *"desinformação, estratégia territorial patrimonialista e negociação individual."* (p.20)

Ainda de acordo com Rothman; Vieira (1997), poucas informações foram enviadas pela empreendedora à população, que não possuía maiores conhecimentos no que diz respeito às indenizações, venda ou permuta de terras, direitos dos atingidos e quem se enquadrava nessa categoria.

Nos dados construídos a partir da pesquisa do referido autor, puderam ser captados alguns motivos, de acordo com a percepção dos atingidos, para a desarticulação da comunidade:

"a gente pergunta pras pessoas o que aconteceu na reunião e ninguém sabe responder, então não acredito que as reunião possam resolver alguma coisa."

"nas reuniões as pessoas não tão se entendendo, aí as pessoas ficam quietas, só ouvindo."

"Não vou na reunião por causa do horário."

(Depoimentos citados em ROTHMAN; VIEIRA, 1997, p.18)

Os depoimentos acima dão a entender que a falta de informações e talvez de uma maior interação e de solidariedade entre o grupo, possam ter afetado a mobilização local, desarticulando-a.

Também havia um grupo que afirmou acreditar na idoneidade da empresa, considerando que a mesma faria o melhor pela população. O argumento utilizado por esses atingidos, conforme sugerido pela empreendedora, era o de que a mesma iria construir outras barragens e deveria realizar boas negociações com o presente empreendimento, como forma de servir de exemplo para as futuras barragens que pretendiam construir na região.

Dessa forma, por encontrarem-se desarticulados, os atingidos afirmam ter acatado as orientações do empreendedor que, segundo os mesmos, os instruiu para a negociação individual, convencendo-os que se esta fosse realizada de maneira coletiva acabaria prejudicando as famílias, pois cada caso seria diferente do outro.

O resultado é que se observam declarações como:

“Se a pessoa der sorte e saber negociar direito, sai mais beneficiada que em negociação coletiva...”

“Não fui mais nas reuniões porque tem que negociar é com a empresa, tem que pagar as pessoas mesmo, então não é necessário negociar junto...”

(Depoimentos citados em ROTHMAN; VIEIRA, 1997, p.21)

Observamos, por meio dessas declarações, a possível falta de articulação e orientação sobre o processo de negociações. Além disso, a falta de informações precisas sobre seus direitos parece ter causado muitas dúvidas aos não-proprietários (meeiros e empregados).

“Se der fico, se não der, já estou acostumado a mudar de casa.”

“Para quem não tem terra é difícil negociar com a empresa.”

“Nós temos um empregado mas a negociação deles tem que ser com a empresa pois são eles que tão querendo tirá-los de lá, não nós.”

(Depoimentos citados em ROTHMAN; VIEIRA, 1997, p.21)

Como podemos perceber, esses atingidos pareciam não possuir conhecimentos sobre seus direitos, fazendo com que alguns acreditassem não possuí-los perante a implementação do projeto, conformando-se, inclusive, em sair do local. Outro aspecto importante observado, refere-se à indiferença entre a possibilidade ou não de mudança, aludindo questões sobre o sentimento de pertencimento, ou até mesmo de conformismo perante a situação de sua posição social muitas vezes desvantajosa.

Um dos mediadores que atuou na época como agente da CPT, comenta que:

“Em todos os lugares onde acompanhávamos comunidades atingidas por barragens, incentivávamos a criação de uma comissão de representantes dos atingidos. Ela teria a função de ser um canal de contato e mobilização da comunidade e de representação nos momentos de negociação dos seus interesses. Recordo-me que tivemos dificuldades de compor essa comissão, pois os atingidos não se dispunham a participar. Procurávamos incluir na sua composição representantes de diferentes comunidades ou áreas atingidas para facilitar a comunicação e mobilização. Creio que só alguns jovens da casa onde realizávamos a reunião apresentaram maior interesse, pois muitos acreditavam que o melhor caminho era uma negociação individual. Percebiam a venda de suas terras como um negócio qualquer e que competia a cada um tratar dos seus interesses individualmente. Em uma das viagens à região, nos surpreendeu o fato de sermos parados por um outro carro, na estrada, pois, achando que éramos da Cataguases, queriam já negociar suas terras. Essa postura determinou muito das dificuldades de organização dos atingidos de Emboque e todas as tentativas de negociação coletiva”. (dados coletados em entrevista realizada para a presente pesquisa em janeiro de 2007).

Pelo depoimento acima, podemos perceber outros aspectos da dificuldade de articulação da população, bem como a possível presença de interesses individuais, que poderiam colaborar ainda mais com a desunião local.

Alguns atingidos ponderam a respeito da comissão local à época da discussão sobre a implantação da barragem:

*“Não participava de nada, a gente achava que a água não ia vir”.
(informante meeira, 52 anos)*

“Ah, sei não, não participava e nem participo dessa outra que tem aí hoje, acho que a lei demora muito e a gente sempre fica na pior. (...) Nunca fui, não gosto dessas coisa, acho que tem uns que fala muito e não faz nada pra resolver nossas coisa.”(informante filho de proprietário, 38 anos)

Como pode ser observado nos depoimentos acima, a falta de crédito na construção da barragem e no papel da comissão local também foram fatores de desarticulação da população.

Essa desarticulação também contou com outro episódio:

“Acho que porque alguns foram comprados e saíram da comissão, isso desanimou as pessoas”. (Informante proprietário, 60 anos)

“À custa de dinheiro a pessoa acaba por isso. Aquelas pessoas traíram a gente por dinheiro e perderam tudo. No fim essas pessoas foram compradas, receberam terra e dinheiro e prejudicaram todos. As pessoas que a gente confiou, letradas, ia em BH resolver tudo para todos mas não fizeram nada. Foram comprados e muito agredidos psicologicamente. O nome da gente tem valor, não dá pra se vender”. (Informante proprietária, 65 anos)

“Tava tudo organizado, mas acabou. A empresa comprou os dois mais ricos e os pobres ficaram com nada. Perto de negociar os representantes saíram e as pessoas ficaram sem saber o que fazer, sobraram e foram levados à justiça para aceitarem o pouco dinheiro senão seriam expulsos da terra. Pagaram mixaria, venderam por menos do que valia. Negociaram os ricos primeiro e os pobres foram obrigados a sair”. (Informante proprietário, 48 anos)

“As pessoas que iniciaram porque tinham mais inteligência para agir acabaram sendo comprados. A pessoa às vezes ilude”. (Informante proprietária, 42 anos)

Os depoimentos acima, cremos que houve a percepção, por parte dos atingidos, da cooptação dos representantes da associação local, sendo estes, mais um fator que levou à desunião.

A partir da falta de articulação entre a população, redes de solidariedade, cooptação dos representantes da comissão local, bem como a presença de interesses incomuns acirrados pelo momento, a comissão acabou se desfazendo, fazendo com que as negociações acabassem ocorrendo de maneira individual.

O representante do MAB regional comenta sobre as negociações individuais:

“Há duas coisas importantes de se observarem. A primeira é que toda a nossa região não tinha experiência de lutas coletivas, as pessoas ouviam mas não acreditavam nesse processo. Por outro lado, havia a empresa pressionando e dizendo que a pessoa recebia aquela quantia em dinheiro que ela oferecia ou o caso iria para a Justiça. Tudo isso é muito novo para as pessoas. Penso que essas foram as duas razões principais que levaram os proprietários a uma negociação individual. Há comentários de que pessoas de frente se venderam, mas, mesmo que isso tenha acontecido, as razões principais, a nosso ver, foram as apontadas acima.”(relatos retirados de entrevista realizada para a presente pesquisa em dezembro de 2006)

Como pode ser observado, o informante realiza uma crítica sobre a atuação da empresa com relação à população, reafirmando as situações de pressão nas negociações e a falta de informações e experiências de todos.

Alguns atingidos relatam suas percepções a respeito das negociações:

“Ah, negocieei do jeito deles. Eles fazia pressão e tinha que negociar logo senão iam alagar tudo e eu ia ficar no prejuízo”. (Informante filho de proprietário, 36 anos)

“A gente tinha reunião, o padre falava pra unir e negociar junto, recebia informação da empresa também, mas foi tudo meio assim, a gente não sabia como fazer direito, os pessoal da empresa vinha e fazia medo, a gente acabava aceitando o que eles falavam com medo de ficar sem nada depois”. (Informante proprietária, 68 anos)

“A gente queria melhorar um pouco. Eles dariam 4 mil reais (R\$4.000,00) pelas áreas atingidas ou nada. Se não quiser pode ir no Fórum buscar que vocês não vão ganhar quase nada. Foi

muita pressão. O resto daqui prá cima foi tocado pra lá. Colocaram luz na casa em troca do terreno perdido. Eles insistem demais fazendo raiva na gente igual furunco na gente¹⁹. Falaram até que eu tava com depressão só prá me mandar pra cidade. Mas eu não quis porque sou deficiente visual e ia acabar entrando em casa errada e levar porretada. Já sabia que a gente ia ficar prejudicado”. (Informante posseiro, 68 anos)

“Eu acredito que a ignorância da gente, a falta de instrução prá essas coisa ajudou muito. A gente mal sabe lê, nunca viu uma barrage na vida ou ouviu falar dessas coisa, de repente chega a empresa falando que nós era obrigada a sair senão iam alagar tudo com a gente nas casa, aí ficamo desesperado prá negociar e sair logo, antes que fosse tarde.” (Informante proprietária, 54 anos)

Ao analisarmos os relatos anteriores, a fala do primeiro informante, dá a entender sobre o medo da população com relação ao poder político e econômico da empresa, que poderia concretizar suas ameaças e alagar a região com as famílias dentro de suas casas.

As palavras do segundo informante nos mostram o sentimento daquelas pessoas em relação à atuação da empresa, quando afirma que *“eles insistem demais fazendo raiva na gente, igual furunco na gente”*. A insistência por parte da empresa é tão grande que chega a desgastar as pessoas, a ferir, igual a um furúnculo. Outro aspecto interessante é o de que o informante afirma que a empresa ainda tentou dizer que o mesmo se encontrava com depressão, na tentativa de enviá-lo para a cidade. A possível manipulação das pessoas e das situações também se revela no autoritarismo da empreendedora, percebido pelos atingidos. O referido informante é deficiente visual e mora com sua irmã, também portadora da mesma deficiência. De acordo com os relatos dos mesmos e de demais atingidos, essa família não recebeu indenização²⁰, e teve que construir outra casa com ajuda financeira advindas de campanhas solidárias realizadas na época pelo padre local. A casa original havia ficado na beira do lago e a empresa, considerando tal fato irrelevante pois descartou os perigos que isso oferecia bem

¹⁹ Destaque da pesquisadora.

²⁰ Este caso foi enquadrado em uma situação de violação de direitos humanos, utilizado como exemplo em um trabalho enviado pelo NACAB para a Comissão Nacional de Violações de Direitos Humanos, com o título: Denúncia de violações de direitos humanos de populações atingidas por barragens, em 2006.

como os direitos desses atingidos, não construiu outra casa em um local mais seguro. De acordo com seus relatos, esses irmãos acabaram caindo na represa por diversas vezes, devido à deficiência que não lhes permitia ver a proximidade da água com a casa, o que pode ser observado na Figura 4:



Figura 4 - Foto da casa de família de ex-posseiros, residentes em Bicuíba.
(Fonte: autoria própria)

A tensão criada sobre os atingidos chegou ao extremo quando outro dos atingidos acabou se suicidando no quintal de sua antiga residência.

“Tinha muito parente e amigo aqui perto. Agora acabou tudo, até perdi um irmão por causa da barragem, ele se enforcou no quintal de casa porque arrependeu do negócio que fez com a empresa”.(Informante proprietário, 66 anos)

“A maior perda foi o tio. Ele ficou triste, não queria sair de lá, mas foi pressionado e entrou em depressão. Um dia, amanheceu enforcado. Antes de mudar falou que ia morrer lá”. (Informante filho de proprietário, 30 anos)

Tal fato parece ter criado um grande pesar na população, principalmente nos parentes dessa pessoa, que sempre relatavam o caso com muita tristeza.

Todos os parentes que prestaram depoimento para a presente pesquisa não deixaram de tocar no assunto.

Já o terceiro informante refere-se à “*ignorância da gente, a falta de instrução*” como fatores que os prejudicaram durante as negociações. Como o mesmo afirma que mal sabe ler, e que nunca ter visto uma barragem antes, nos remete à compreensão da falta de conhecimentos sobre seus direitos e formas de negociação, que também foi percebida e sentida pelos atingidos.

Em função de todos esses acontecimentos, foi realizada uma reunião em vinte e três de setembro de 1997, com a Comissão de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, promovida pelo Deputado Estadual da época, e com a Câmara dos Vereadores de Raul Soares e a comunidade do Emboque, com o intuito de denunciar a empresa em relação a: sonegação de informações sobre a obra; morosidade nas indenizações; intimidações da empreendedora sobre a comunidade; cooptação dos representantes da comissão; manipulação de documentos de uma atingida analfabeta; ação da empresa no sentido de impedir a população de se reunir e pedir informações sobre a obra, com o uso de força policial; intimidação dos atingidos que não queriam negociar, com o uso do Decreto Federal, que prevê a desapropriação e negociação em juízo²¹.

Nessa mesma reunião o presidente da ASPARPI, Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga, uma ONG que apoiava os atingidos pelo projeto Pilar, MG, realiza declarações a respeito:

“Desde o primeiro encontro do dia 30 que começaram a se organizar, nunca mais essa comunidade pôde aparecer. Nós concordamos que esse povo está oprimido, esse povo está corrido dos encontros e esse povo não pode defender seus direitos de uma empresa que impõe grandes máquinas arrancando porteiros das casas de proprietários, cercando tudo, proibindo acesso às belezas naturais, acesso a qualquer canto da região, acesso esse que em princípio não foi negado a nenhum deles.”(Fonte: Reunião, da Comissão de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1997)

²¹ Dados retirados da transcrição da filmagem do encontro – depoimento do Deputado Estadual em nota de abertura.

De acordo com o depoimento acima, a comunidade se percebia oprimida pela empresa, que os “impedia” de se mobilizarem, por pressão psicológica, por meio de força policial ou, aproveitando as palavras do referido informante, com “*grandes máquinas arrancando porteiros das casas de proprietários, cercando tudo, proibindo acesso às belezas naturais, acesso a qualquer canto da região.*” Tal fato é registrado quando apontam inclusive a ausência dos atingidos naquela reunião, quando os mesmos, que se afirmavam estar articulados para participarem desse momento, não compareceram na última hora.

Ainda podemos citar o momento em que um representante²² da comissão local defende o empreendimento diante dos demais, afirmando que não conhecia nenhum atingido insatisfeito, e que não poderia falar mal da empresa em nome da comunidade, uma vez que todos estavam de acordo com a construção da barragem.

De maneira oposta, ainda na mesma reunião, a vice-presidente²³ da associação relata as insatisfações e os problemas enfrentados pelos atingidos.

Outro atingido ainda realiza um depoimento afirmando que a empresa havia se aproveitado da passividade da população que, por possuir essa característica, não resistiria ao empreendimento, pois confiava no discurso de que o projeto, como o primeiro da empreendedora, seria o “*cartão postal*” da empresa.

Porém, de acordo com as percepções dos atingidos, captadas em entrevistas, as negociações, quando ocorreram, foram consideradas injustas, gerando insatisfação por parte da população.

Outros relatos obtidos pela pesquisa levam a crer que muitos meeiros perderam seus meios de sobrevivência. Outros atingidos, cujas terras provinham de herança familiar, afirmam não ter recebido nada ou uma quantia irrisória, além de casos de famílias que relatam sobre a falta de escrituras das propriedades.

Um caso que chama a atenção é o de uma atingida, que teve a parte de sua propriedade que dava acesso à estrada totalmente alagada pela represa, sobrando para ela somente o topo de morro do terreno. De acordo com o

²² O referido representante fora citado anteriormente pelos atingidos pela sua cooptação, onde afirmam que o mesmo recebeu emprego por parte da empresa. Tal fato é relevante para que possamos compreender o porquê do mesmo defender a atuação da empresa.

²³ De acordo com relatos dos atingidos a vice-presidente também foi cooptada pela empresa, uma vez que lhe ofertaram emprego na nova escola que seria construída pela empreendedora na comunidade. Podemos supor que, provavelmente, nesse momento de sua apresentação, ela ainda não teria sido cooptada.

depoimento da moradora, esta teve que apelar por seus direitos na Justiça e aguardar três meses para que a empresa construísse uma passarela flutuante até a sua propriedade, para que ela pudesse sair de casa, uma vez que perdera todo o acesso para fora da propriedade.

Sobre a referida passarela, podemos verificá-la através da Figura 5 que se segue



Figura 5 - Foto da passarela, em duas perspectivas, que leva o acesso da propriedade à estrada de Bicuíba.
(Fonte: autoria própria)

Como visto na imagem, acima, no caso de uma emergência ou até de mudança da proprietária para outro local, a passarela dificulta a passagem de mais de uma pessoa, por ser estreita, impossibilitando, também, a passagem de móveis ou objetos de maior porte. Tal fato faz com que a família permaneça de certa forma, isolada no local²⁴.

²⁴ Este também foi um caso utilizado como exemplo para o trabalho enviado à Comissão de Direitos Humanos, uma vez que a família teve que processar a empresa para ter direito ao acesso à comunidade, ao direito natural perdido, de ir e vir.

4.2 O Processo de deslocamento e realocação das famílias que permaneceram no local

Após concretizadas as negociações com as famílias atingidas pela UHE do Emboque, iniciou-se a realocação das que continuaram no local, para que a empresa pudesse liberar as terras que seriam alagadas para dar formação da represa.

A região onde se encontra a barragem é caracterizada por um relevo típico da região da Zona da Mata, sendo ele acidentado, isto é, predomínio de colinas e vales estreitos²⁵, como pode ser visualizado na figura 6 abaixo:



Figura 6 - Região do Emboque, antes da construção da barragem.
(Fonte: autoria própria)

Dessa forma, muitas casas da região do Emboque se encontravam na parte mais baixa do local, acompanhando o leito do rio, onde também se encontravam as áreas mais férteis para a agricultura. No entanto, para se criar um reservatório para uma barragem, a área no entorno do rio é alagada, tendo então, que alagar as casas e produções agrícolas ali presentes. Como a maior parte das

²⁵Dados retirados de http://www.mineiros-uai.com.br/ver.asp?codigo=3305&referer=catver.asp?id_cat=29_id_sub=0_id_div=0, consultado dia 09/03/2007.

propriedades começavam na parte baixa próxima ao leito do rio e terminavam nos topos de morro, as partes baixas das propriedades acabaram sendo alagadas, então estas áreas foram indenizadas. As casas próximas ao leito do rio foram alagadas e novas casas foram construídas na parte alta do terreno.

Na figura seguinte, é apresentado um exemplo de uma propriedade onde a casa fora alagada, por estar próxima ao leito do rio:



Figura 7 - Em destaque a casa antes da construção da barragem e que fora alagada para a formação do reservatório da UHE Emboque.

(Fonte: autoria própria)

Nos arquivos pessoais dos pesquisados, existem fotografias que mostram as casas nas quais habitavam antes da construção da barragem (Figura 8):



Figura 8 – Fotos de casas antigas que existiam antes da construção da barragem, na região do Emboque
(Fonte: Arquivos pessoais de um dos atingidos)

Como pode ser observado nas imagens apresentadas na figura 8 podemos visualizar alguns exemplos de antigas casas típicas da região, com características que nos remetem ao passado. No lugar destas, foram construídas novas casas (figura 9) nas partes mais elevadas de seus terrenos. Desta forma, várias famílias vivenciaram essa perda, que reflete em dimensões imensuráveis para eles. Elas

receberam novas casas ou as construíram com recursos da indenização recebida que, na maioria dos casos eram escassos ou insuficientes para tal.



Figura 9 – Foto das novas casas construídas pelos atingidos com recursos da indenização
(Fonte: autoria própria)

As casas visualizadas na Figura 9, quando comparadas com as moradias anteriores daquela região (figura 8), evidencia a diferença espacial, uma vez que as atuais foram construídas em padrões diferentes, o que representou uma perda de características passadas. Porém, tal fato também não deixa de representar traços da “modernidade” inevitável chegando à região.

Dentre as famílias atingidas, apenas quatro receberam um reassentamento, onde foram construídas duas casas que por sua vez, são geminadas. Dessa forma, cada casa abriga duas famílias. Na Figura 10 se apresentam as imagens das referidas casas:



Figura 10 - Casas geminadas construídas pela empreendedora CFLCL para abrigar famílias atingidas, e que ficam uma na seqüência da outra.
(Fonte: autoria própria)

Como os moradores pertencem ao mesmo ramo familiar, tal fato serviu de justificativa para a construção de casas geminadas para os mesmos, como apresentado na Figura 10. Além disso, existe um quintal em conjunto, como apresentado na imagem a seguir:



Figura 11 - Quintal morro acima que fica entre as duas casas geminadas
(Fonte: autoria própria)

Como pode ser visualizado na Figura 11, a área reservada para quintal não oferece condições para a agricultura de várzea, que era praticada anteriormente, muito menos para a instalação de uma horta, por estar em uma área de topo de morro.

A modificação de suas moradias foi apenas uma parte vivenciada em todo esse processo de novidades e mudanças impostas ao local.

4.3 Os meios e modos de vida da população atingida e o significado da barragem

Aliada à perda da casa, também houve a perda de totalidade ou quase totalidade das terras, onde as partes mais férteis e agricultáveis, próximas ao leito do rio, se “perderam” para dar lugar à represa, restando somente as partes mais altas das propriedades que, por sua vez, não são próprias para a agricultura de várzea, principalmente para o cultivo de arroz, cultura que era presente em várias propriedades. Outras culturas também eram características da região e

declarados na entrevista realizada para a presente pesquisa como: milho, feijão, café e cana-de-açúcar. O pomar também foi caracterizado como presente em praticamente todas as propriedades, para consumo da família.

A perda de terras ou de parte delas se reflete na nova estrutura fundiária local, ou seja, das 28 propriedades declaradas apresentam áreas entre 0 a 10 ha, sendo que, na pesquisa realizada pelo RIMA em 1995, esse número era de 18 propriedades. Com a venda de parte das propriedades para que se formasse o reservatório da barragem, as parcelas territoriais diminuíram, o que também se reflete na diminuição da produção e da condição econômica das famílias. As maiores propriedades, encontradas em 1995, já não existem mais no local, uma vez que foram vendidas para a empreendedora.

Dessa forma, os meios e modos de vida dessas famílias foram alterados pela construção da barragem. Pelo fato de terem sido reduzidas as áreas de terras, os cultivos conseqüentemente diminuíram.

Os relatos abaixo explicitam essa situação vivenciada pela comunidade:

“A gente vivia da agricultura, plantava tudo para consumir e vender, agora não tem onde plantar. Nós tinha era brejo pra plantar **arroz**, era bom por demais, trazia nosso sustento, agora acabou tudo.”(informante proprietário, 48 anos)

“O brejo que a gente tinha foi atingido, pagaram menos. Antes produzia muito **arroz** agora tem que comprar no supermercado. Era meeiro também e tive a propriedade atingida. A vida piorou porque agora tem que comprar tudo no mercado. Vendia o arroz que colhia antes, o arroz que colhemos quando veio a empresa deu pra mais 4 anos.” (informante proprietário, 66 anos)

“Antes eu tinha feijão, **feijão e pomar** para tirar as frutas para as crianças e pra gente comer em casa, mas o feijão era pra vender, vender e comer. Agora compro as coisas no mercado, tem que ir na cidade ou na venda em Granada pra comprar.” (informante proprietário, 52 anos)

Como podemos perceber nos relatos apresentados, as modificações em seus meios de vida causaram fortes efeitos na economia e na segurança alimentar e nutricional²⁶ da comunidade, uma vez que, antes, consumiam

²⁶ A questão da restrição alimentar ocasionada no cotidiano dos atingidos nos leva a trabalhar com a noção de segurança alimentar e nutricional que significa “*garantir a todos acesso a alimentos*”

produtos retirados da propriedade, e atualmente, passam a ter que comprá-los nos supermercados da cidade próxima, ou até mesmo, a nem consumi-los por falta de condições financeiras para isso.

Sem o meio de sustento anterior advindo das produções agrícolas, ainda surge um outro fator que altera o contexto econômico local, o envelhecimento de parte dessa população que trás consigo outra forma de renda familiar: a aposentadoria²⁷, que significa novas possibilidades de sobrevivência da família.

A presença da aposentadoria também aponta indícios de outras modificações no local:

“Estamos com umas vacas pra vender um pouco de leite, mas nos **aposentamos**, aí ajuda na renda, agente está cansado de trabalhar também, já estamos velhos e cansados.” (informante proprietário, 69 anos)

“Meus filhos plantam aqui porque já estamos velhos, **aposentados**, agente ajuda no que pode mas eles que tocam a lavoura.” (informante proprietária, 71 anos)

“Ah, agora que **aposentamos** agente planta o que dá aqui no terreno e só pra comer mesmo.” (informante proprietário, 67 anos)

Como vimos nos relatos anteriores, na maioria das vezes, parece que a família não se preocupa mais em investir sua força de trabalho na agricultura, ou já se encontra cansada devido à idade, o que também pode ser considerado um fator de diminuição das produções agrícolas.

Já para outras famílias, de acordo com suas percepções, parece que a realidade foi outra:

básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis. Contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.” (http://www.actionaid.org.br/img/publics/faces_cap3.pdf), acessado em 05/03/2007.

²⁷ Nos dados apresentados pelo RIMA (1995) foram declarados 12 pessoas aposentadas. Já nos dados da presente pesquisa, foram constatados 23 aposentados, um aumento de quase 50%, resultante do envelhecimento natural de parte da população, o que não tem ligação com a presença da barragem.

“Mudou muita coisa pra gente, agora somos meeiros, estamos mexendo com arroz. Perdemos a casa e o emprego.” (informante proprietário, meeiro, 37 anos)

“Estamos na agricultura, somos meeiros, agora não temos como plantar, porque só temos a casa.” (informante proprietário, meeiro, 48 anos)

“Agente planta pouco com os outros porque não temos condições de organizar a propriedade. Trabalho também como autônomo, o que encontrar, não tenho trabalho fixo.”(informante proprietário, 52 anos)

Como se percebe nos relatos anteriores, parece que essas famílias acabaram tendo que optar pelo trabalho assalariado temporário, pelo trabalho à meia ou como autônomos, uma vez que afirmam ter perdido a condição de produtores rurais e não possuem outras alternativas econômicas.

Ao falarem sobre suas perdas materiais e simbólicas, os atingidos, mostram possuir o sentimento de desterritorialização. Ao perderem seus meios e modos de vida, acabam, por conseguinte, sendo excluídos socialmente, como citado anteriormente por Martins (1997). Como abordado anteriormente por Vainer (2003), também se tornam deslocados economicamente, uma vez que tiveram suas atividades econômicas interrompidas ou modificadas.

Além de verem seus meios de vida alterados após a construção da barragem, a piora do acesso à cidade de Raul Soares, ponto de referência para essa população na procura de serviços como assistência médica, escolas, supermercados, etc.. Com a construção da represa, a distância da estrada de chão aumentou em média em 15 Km, dependendo do ponto a que se refere, o que dificulta a ida à cidade, uma vez que relativa parte da comunidade ainda usa a charrete como meio de transporte, pois são poucas as famílias que possuem outros meios de transporte.

Anteriormente à construção da represa, existia uma ponte que ligava os dois lados do rio, diminuindo a distância entre os moradores entre os moradores e a cidade, mostrados na figura que se segue:



Figura 12 - Foto da ponte que, antes da barragem, ligava as comunidades rurais de Granada
(Fonte: autoria própria)



Figura 13 - Local alagado, onde se encontrava a antiga ponte de Granada
(Fonte: autoria própria)

Como visto nas figuras 12 e 13, ao se alagar a antiga ponte, a comunidade se distanciou ainda mais, uma vez que não fora construída outra substituta ou oferecida outra forma de acesso ao outro lado da margem.

Essas mudanças na paisagem local são percebidas pelos atingidos da seguinte forma:

“Acho que aqui mudou pouco depois da barragem, não melhorou nada. Tem que dar uma volta grande pra ir pra cidade. Antes dava pra ir de charrete, agora o rio atrapalhou, não dá pra ir de charrete, tem que ir de ônibus, mas a estrada é ruim e perigosa.”
(informante proprietária, 45 anos)

“Bom, agora a gente tem que andar muito pra ir pra cidade, a estrada ficou grande e perigosa. **Isso afasta agente das pessoas** e dificulta a vida, se um passal mal agente nem tem como correr pra cidade.” (Informante proprietário, 53 anos)

“Aqui precisava de ponte porque agora tem que dar volta grande pra ir pra cidade. **Quem ficou do outro lado ficou perdido.**”
(informante filho de proprietário, 30 anos)

Como podemos perceber pelas palavras dos atingidos, a falta da ponte, uma das formas de interligação das pessoas da comunidade, é percebida por eles

como algo que os “*afasta das pessoas*” e os faz sentir “*perdido*”. A comunicação se perde, e podem se distanciar, assim, os laços sociais.

Além dessas modificações apontadas anteriormente, encontramos alguns impactos ambientais no local:

“No verão a gente ia sempre pra cachoeira, umas 60 pessoas e jogar bola também. Isso acabou, ninguém quer pegar doença na água, tem verme.”(Informante proprietário, 57 anos)

“O pessoal gostava da cachoeira, da areia, das pedras. Hoje não tem nada, fizeram aquela porcaria em Granada e ninguém faz nada. O rio é diferente, **a água é viva, rio parado é morto.**”(informante meeiro, 49 anos)

“Ah, antes era bão por demais, reunia todo mundo, ia domingo pescar na cachoeira, tomar banho, jogar bola... agora não tem mais nada, tem um campinho pequeno que o pessoal joga bola, mas agente não pode nadar na represa, é suja e tem doença, e a **água é parada não tem graça.**”(informante proprietária, 63 anos)

Como se observa, muitos atingidos reclamam sobre as condições da água da represa, comparando a vivacidade da água ao rio parado que é por eles considerado morto, sem graça e transmissor de doenças. No mesmo sentido, os atingidos falam da atual escassez de peixes, muito utilizados, no passado, na dieta da comunidade, por ser um recurso natural e sem custos.

Além desses fatores, a população ainda revela ter que conviver com a falta de tranqüilidade no local, gerada pelo processo de atração de trabalhadores diretos e indiretos da obra, ou pela chegada de pessoas em busca de oportunidades de trabalho devido às propagandas de progresso e turismo feitas pela empresa, as quais acabaram permanecendo no local:

“Depois dessa barragem apareceu mau elemento na área. Agora Granada está perigosa porque gente estranha veio de fora para trabalhar na barragem e ficou ruim. Colocaram um bar perto da represa e o pessoal fica bebendo, usando droga, é cada coisa que a gente vê por aqui...” (informante proprietário, 67 anos)

Pelas palavras do informante, parece que as pessoas que vieram para as obras são consideradas, pela comunidade, como “*maus elementos*”, trazendo

confusão, drogas e roubos, eventos que eram, anteriormente, menos incidentes.

Esses e os demais aspectos apontados anteriormente, ilustram claramente a situação gerada por um empreendimento como as hidrelétricas. Em todo o mundo, seja qual for a situação ou contexto, encontramos características similares nas demais comunidades afetadas por esse tipo de projeto, apontados anteriormente nos trabalhos de Cernea (2000), Sigaud (1994) e Scherer-Warren (1998).

Além dessas modificações nos meios e modos de vida das pessoas, uma outra questão sentida e percebida pelas famílias atingidas é o efeito psico-emocional que as modificações impostas pelo empreendimento geram nessas pessoas.

Nas palavras que se seguem podemos perceber como essas questões são percebidas pela população:

“Nasci e fui criada aqui. Tinha dia que chorava só de pensar que iriam alagar as árvores do local. [Ela se emociona e chora ao iniciar a conversa] Não gosto de falar nisso, é muito triste. O marido não gosta e nem deixa eu falar nisso. Você lembra da estrada desde que nasce, ia pra escola a pé, e ver a estrada sumir e tudo sumir...” (Informante meeira, 65 anos)

“Na questão das barragens o que mais machuca é o psicológico. Perdemos as cachoeiras, o futebol e a família, tudo isso deixou saudade.” (informante proprietário, 60 anos)

(...), as lembrança não se fecham e as feridas doem muito. (informante proprietária, 45 anos)

Os relatos apresentados nos mostram como a cachoeira, o campo de futebol e cada lugar perdido deixam saudades e remetem a boas lembranças vivenciadas no local.

Para quem saiu da região, além de ter sido fisicamente desterritorializado, teve que, por conseguinte, refazer relações sociais no novo local em que foi inserido, isso sem contar com o contato familiar que foi distanciado.

“Antes a gente morava aqui em Bicuíba. A terra era nossa e foi indenizada, perdemos a casa e o emprego, agora somos meeiros porque o pouco que recebemos não deu pra comprar terra, só nossa casa. Fomos pra Caputira, não gosto do lugar que vivemos,

foi depois dessa mudança que apareceu minha epilepsia, foi por causa dessa barragem que fiquei doente". (informante filha de antigos proprietários, 18 anos)²⁸

De acordo com as palavras da informante acima, percebemos como as mudanças nas relações de trabalho fazem com que os proprietários percam sua autonomia nesse contexto. Onde antes eram os proprietários de sua terra e donos de sua produção, e agora afirmam terem se tornados empregados ou a dividir a produção em terras que não são suas.

O distanciamento de parentes e amigos também foi muito sentido e relatado pelos atingidos:

"Tínhamos muitos parentes, alguns foram para longe, não nos vemos muito mais, por mais perto que seja o convívio muda. Separa um pouco."(informante filho de proprietários, 30 anos)

"Perdemos contato com parentes e amigos que sumiram, foram para longe."(informante proprietária, 60 anos)

"Tinha parente e amigo, separou um pouco mas alguns ainda moram perto. Essa represa veio na nossa comunidade para destruir a família. Tiraram gente conhecida de perto da gente." (informante meeira, 37 anos)

"Tinha sim, era melhor, agente tinha mais parente e amigo por perto, reunia, fazia festas, rezava, agora muitos foram embora e sumiram".(Informante meeira, 52 anos)

"Minha família morava quase toda perto daqui, agora foram para as roças mais longe, a gente se vê pouco. Alguns vizinhos também mudaram, uns foram para a cidade, outros para as roças mais longe... agora está vazio aqui, ficou ruim por demais." (informante proprietário, 68 anos)

"As reunião aqui era boa. Juntava todo mundo e fazia festa, era casamento, festa junina, nós reunia pra tudo, até pra tomar café na casa do vizinho era bom, agente se encontrava sempre pra tudo, até pra proseá um pôco."(informante proprietário, 47 anos)

"Nóis reunia sempre, era bão demais, jogava bola, tinha até um time da turma daqui. Depois tinha também as reunião de família, aniversário... agora agente num encontra os pessoal muito não, ficou pouca gente, desanima inté pra fazer as festa."(informante meeiro, 35 anos)

²⁸ A referida informante mora com a família em Caputira, porém, os avós permaneceram em Bicuíba. Como a entrevista foi realizada no domingo de dia dos pais do ano de 2006, a encontramos na casa dos avós.

A partir dessas relatos podemos notar como o distanciamento de parentes e amigos foi percebido pelos atingidos como algo que deixou o local menos agradável e familiar, diminuindo, inclusive as atividades de lazer como: jogar bola, reuniões familiares, festas, etc.

Ao se tratar das práticas de lazer, os informantes sempre se remetem ao antigo campo de futebol local, onde o time das comunidades de Granada e Bicuíba costumava jogar, apresentado na imagem seguinte:



Figura 14 - Foto retratando o campo de futebol que existia em Bicuíba e fora alagado pela barragem.
(Fonte: autoria própria)

Na Figura 15 se encontra o local onde se encontrava o campo de futebol, alagado para que se formasse a represa:



Figura 15 - Em destaque, o local alagado onde se encontrava o campo de futebol de Bicuíba.
(Fonte: autoria própria)

Devido ao alagamento do campo, os atingidos afirmam não existir mais a atividade local dos jogos aos finais de semana, o que parece trazer saudades a quem vivenciou essa época.

Alguns espaços que eram considerados *lugares* carregados de simbologia por ser palco para os encontros sociais, lazer e divertimento da população, também se perderam para que a barragem pudesse ser construída. Exemplo disso é a cachoeira que ficou submersa, mencionada várias vezes pelos moradores com muita emoção e saudosismo.

“Antes agente tinha a cachoeira, o areião. Agora só água parada com pernilongo e sujeira. Tinha área de lazer na cachoeira, o pessoal brincava, era uma delícia, bonito, sadio. Nasci aqui. Sempre ouvi o barulho da cachoeira, agora nada.” (informante proprietária, 42 anos)

“Desanimaram as coisas por aqui, até as festas diminuíram, o pessoal desanimou. Quando tinha a cachoeira era bom, todo mundo ia se encontrar lá, as crianças, adulto, reunia tudo. Agora não tem como, só se for na casa do amigo, mas tomar banho, pescar, nunca mais.” (informante filha de proprietário, 40 anos)

Porém, como forma de “compensar” a perda dos *lugares* de lazer e prazer, como a cachoeira, a empreendedora construiu uma praça no distrito de Granada:

“Hoje não podemos dizer que temos lazer, agente gostava muito de pescar, agora pesca, mas tem pouco peixe, a água é suja também. Fizeram uma praça em Granada pra nós, disseram que era no lugar da cachoeira, pra gente se divertir, mas ninguém vai lá.” (informante filho de proprietário, 38 anos)

Há que se relativizar a construção da praça enquanto proposta de se encontrar uma solução que compensasse a perda da cachoeira. Contudo, é importante considerar que um atributo da paisagem: a cachoeira, se perdeu, e junto com ela, um símbolo de relações sociais. Assim, a construção da praça não se apresenta alternativa de lazer, nem tampouco espaço de referência.

Com as perdas concretas e subjetivas, tem-se a descaracterização do *lugar*, percebida e marcada pelas palavras dos moradores:

“(...) agora aqui é pra viver só. O lugar mudou, é o mesmo lugar mas a água inundou tudo, se ficar 10 anos sem vir aqui não reconhece o local”. (informante filho de proprietário, 30 anos)

“Conheço a represa por baixo tudo, consigo me lembrar e imaginar tudo que a água acabou. Perco o sono de noite lembrando de tudo. Hoje dá pra viver, não gosto daqui mas tenho que me acostumar. Se for contar a história as suas folhas são poucas...” (Informante proprietário, 48 anos)

Para algumas famílias, o lugar tal como se encontra na atualidade é considerado apenas para continuar levando a vida. Eles afirmam sentir um pesar muito grande pelas modificações ocorridas e tentam ser resilientes, ou seja, tentam “*superar adversidades, o que não significa que o indivíduo saia da crise ileso*” (Arunkumar apud YUNES, 2003, p.77). Dessa forma, os atingidos tentam se adaptar a essas mudanças como forma de sobrevivência, porém, nunca se esquecendo de como era a vida antes da barragem.

Já para outras famílias, a vinda da barragem representou ganhos ou melhorias em suas vidas:

“Nossa vida não mudou muito, hoje não me sinto muito atingida, a terra que foi alagada eles pagaram, pra mim ta tudo bem.” (informante proprietária, 57 anos)

“Antes nós não tinha terra, era meeiro, agora recebemo casa e terra, agora agente é produtor rural, pranta feijão e milho.” (informante proprietária, 34 anos)

As palavras acima levam a crer que a indenização paga pelas terras foi considerada suficiente para algumas famílias. Outras famílias, que eram meeiras, também afirmam estar satisfeitas por terem recebido casa e terra para plantar.

Por outro lado, para outras pessoas, a barragem teve outra representação:

“Todo mundo sabe que a barragem só trouxe coisa ruim, pra comunidade mesmo nada de bom.” (informante filho de meeiro, 27anos)

“A barragem levou tudo que agente tinha de bom.” (informante proprietária, 52 anos)

“Ah minha filha, essa represa acabou com nosso sossego e com as coisas boas, até a cachoeira acabou, tudo. Não sobrou nada pra gente contar história.” (informante proprietário, 68 anos)

“Essa barragem veio só pra trazer desunião, desunião e morte, tem gente que morreu por causa dela...” (informante proprietário, 47 anos)

Como podemos notar, a barragem possui diferentes representações. Nos relatos acima, percebemos que os atingidos possuem uma representação de conotação ruim, fator de desunião, de morte, de destruição. Já pelo relato de outras famílias, existe a percepção de que a barragem não representou muitas diferenças em seus meios e modos de vida, trazendo até outras possibilidades futuras.

A presença de um empreendimento como uma barragem traz muitas implicações em diversos âmbitos, fato consumado pela literatura e pela realidade empírica. Dependendo da realidade de cada atingido, essas implicações terão proporções e conotações diferentes. No entanto, sabemos que as implicações negativas são as mais constatadas, pois trazem para as famílias atingidas

algumas perdas por elas consideradas irreparáveis, como pudemos observar por meio dos relatos apresentados, onde a perda das casas, produções rurais, condições de vida, laços de amizade e de parentesco e toda a vida ali vivida e planejada, se acaba em questão de momentos ao se formar a represa, trazendo consigo angústia e insatisfação por parte de quem vive diretamente e indiretamente esse drama.

4.4 Considerações Finais

Os resultados apresentados no presente estudo de caso nos permitem realizar algumas inferências, de acordo com o problema de pesquisa que lhe deu origem.

Desde o processo inicial de obtenção das Licenças (Prévia, de Instalação e Operação) por parte do empreendedor, a CFLCL, para a concretização do projeto Emboque, tornam-se evidentes os diferentes interesses, entre o empreendedor e a população afetada. De seu lado, a CFLCL visava à instalação de um projeto no qual os interesses empresariais sobrepujavam-se aos interesses da população. Já de seu lado, as famílias atingidas pouco informadas e organizadas demonstravam desarticulação, acreditavam na inevitabilidade da efetivação da obra, além de presença de falta de interesses comuns, o que os levou à desmobilização e às negociações individuais, desarticulando-os ainda mais.

Nesse contexto, o principal objetivo do estudo foi analisar questões relacionadas ao processo de deslocamento e realocação das famílias que permaneceram no local, problematizando o processo dramático o qual vivenciaram, construindo dados a respeito da realidade social vivida no passado e no presente, no sentido de apreender o significado pelas famílias atribuído ao empreendimento.

Mediante a utilização de entrevistas em um trabalho de campo, buscou-se apreender o significado da barragem para cada família, a partir das falas dos entrevistados. Também foi realizada análise documental e iconográfica como forma de se complementar a pesquisa.

Assim, a pesquisa buscou, por meio das entrevistas, realizar uma construção dos dados que trouxessem informações sobre a vida dessas famílias atingidas antes e depois da construção da barragem, sempre de acordo com suas percepções.

Os relatos apontam questões de laços de amizade e parentesco que eram muito próximos antes da construção da barragem, o que fazia com que existissem muitos motivos para que a população se reunisse tais como: festas de

casamento, aniversários, visita aos vizinhos, jogos de futebol nos finais de semana, bem como nos banhos de cachoeira. Tais aspectos são mencionados com saudosismo e parecem apontar fortes raízes locais e identificação com o lugar. Segundo os atingidos, os laços sociais foram afetados devido ao distanciamento provocado pela formação da represa, em virtude da ponte alagada que interligava as partes separadas pelo leito do rio, assim como a saída de parte da população para outros locais. Eles ainda afirmam que, atualmente, devido a esse distanciamento das famílias, não sentem tanto estímulo em realizar as festas costumeiras, pois consideram que o esvaziamento local desanimou a população.

Além disso, ao serem questionados a respeito do processo de deslocamento e realocação das famílias, apontam a insatisfação inicial com relação às negociações, afirmando não terem ficado satisfeitos com os valores recebidos nas indenizações. Como a maior parte das propriedades possuía áreas próximas ao leito do rio e áreas em topos de morro, estes permaneceram intactos, e foram utilizados para a construção de novas casas, uma vez que as que ficavam perto do rio foram alagadas. Ao terem que construir novas casas no topo dos terrenos, os atingidos também relatam insatisfação com relação às construções, à falta de verba suficiente para construí-las, mostrando forte sentimento de perda em relação às casas antigas onde, muitas vezes, nasceram.

Outras informações captadas por essa população, é que, em sua maioria, formaram-se, antes da construção da barragem, por pequenos produtores rurais que se alicerçavam no trabalho familiar. A partir de suas percepções, foi possível obter informações sobre suas atividades econômicas, relação com a terra (propriedade, posse ou meeiros), tipos de produção rural, estrutura fundiária, no passado e nos dias atuais. Os dados construídos nos informaram que o tamanho de pequenas parcelas territoriais, já existentes antes da construção da barragem, diminuiu ainda mais, devido à perda de partes dos terrenos utilizados para a formação da represa. Assim, aumentou o número de pequenas propriedades no local. Tal fato também alterou a caracterização das produções agrícolas da região que, anteriormente, eram voltadas para o comércio e a subsistência e, nos dias atuais, estão voltadas apenas para o autoconsumo. Essa modificação também alterou os hábitos alimentares da população, pois passaram a ter que

consumir alguns produtos industrializados e comprados em mercados nas cidades ou nos distritos mais próximos.

Outro fator de alteração do quadro produtivo, porém não ligado à presença da barragem, foi o envelhecimento natural de parte da população, o que gera um maior número de aposentados no local, e fez com que os mesmos, devido à idade e à garantia de uma renda fixa mensal, parassem de trabalhar na agricultura. Assim, não é de se negar que a vinda da barragem afete a economia e a produção rural local, apesar de não ser o único fator responsável por tais alterações.

Porém, como existem diversidades de percepções sobre os efeitos do empreendimento, outras famílias afirmaram-se satisfeitas, uma vez que, parece não terem sentido muitas alterações ou perdas em seus meios e modos de vida.

Ao analisar todos esses aspectos e as modificações espaciais ocorridas naquele lugar, questionamo-nos sobre a existência de um sentimento de desterritorialização por parte daquelas pessoas, uma vez que já se passaram muitos anos da construção da barragem e os mesmos poderiam estar adaptados ao novo contexto. Mas, de acordo com a análise dos relatos dessas famílias atingidas, foi possível perceber que muitos ainda se encontram “fora” de *lugar*, ainda estão se sentindo realmente desterritorializados, pois afirmam que, após tantas modificações, aquele *lugar* “(...) agora aqui é pra viver só”²⁹. O sentimento de pertencimento e a identificação com o espaço modificado foram afetados e eles se percebem infelizes e insatisfeitos no local.

Ao serem questionados a respeito do significado da barragem em suas vidas, grande parte da população aponta percepções de conotação negativa com relação ao empreendimento. Afirmando ser algo que “veio só pra trazer desunião, desunião e morte”, ou que “essa represa acabou com nosso sossego e com as coisas boas” ou ainda que “a barragem só trouxe coisa ruim”³⁰. De acordo com seus relatos, os aspectos negativos e os sentimentos de perda aliados ao empreendimento são fortes em grande parte dessa população, fazendo--a sentir-se desterritorializada mesmo que continue no mesmo espaço, mas modificado pela represa e pela realocação dos moradores.

²⁹ Fala retirada da página 82 da presente pesquisa.

³⁰ Falas retiradas das páginas 83 e 84 da presente pesquisa.

De forma antagônica, um número menor de famílias percebe a represa como algo que não gerou muitas mudanças ou perdas em suas vidas cotidianas. A barragem, para esse grupo, trouxe ganhos como uma nova casa e um pedaço de terra para se plantar, ou até mesmo não representou nada significativo ao serem resolvidas as questões das indenizações.

Os significados da barragem podem ser diversos e sua interpretação depende da experiência de vida de cada pessoa, de sua história com o *lugar*, sua identificação, bem como capacidade ou não de se adaptar às adversidades. No entanto, nunca devemos nos esquecer de que, assim como afirmou Bonnemaison; Cambrèzy (*apud* OLIVEIRA; MARTINS, 2005):

pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-lo dele (...) Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: **perder seu território é desaparecer**. (p. 28) [grifo meu]

Dessa forma, ao desvendar as especificidades do caso Emboque, acreditamos que o presente trabalho, longe de encerrar ou esgotar o assunto, possa auxiliar na compreensão e reflexão sobre os efeitos advindos da construção das hidrelétricas, que causam as mais variadas perdas nas comunidades atingidas, mas também procura conscientizar as populações atingidas por barragens e a sociedade em geral, com o maior número de informações possível, sobre os projetos das hidrelétricas e suas consequências. Finalizamos o estudo concordando com as palavras de Tuan (1983), que reflete sobre o direito e a necessidade do homem de ser, de estar e de pertencer a um *lugar*, símbolo de sua liberdade, de humanização, de ação, de valores estabelecidos e de significados construídos de forma coletiva. Por todas essas representações, Tuan (1983, p.61) afirma que “os seres humanos necessitam de espaço e de lugar”, espaços esses que precisam ser respeitados e vistos sob outras formas pelo setor elétrico, bem como pelos órgãos ambientais e governamentais.

Essa reflexão sobre os resultados negativos de tais empreendimentos pode levar à elaboração de novas políticas públicas que possam reavaliar todo o processo de licenciamento e buscar alternativas na legislação para que as implicações dos efeitos negativos, tanto no meio ambiente como na população, sejam evitadas. Também entendemos que a busca por outras fontes energéticas menos prejudiciais ao homem devam ser priorizadas pelos governantes, ainda que em detrimento dos interesses particulares das empresas que se envolvem no complexo processo de construção de usinas hidrelétricas.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Sherwood. *Winesburg, Ohio*. New York: The Viking Press, 1975.
- BAUMAN, Z. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M.L. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARVALHO, O A. *Migrações compulsórias, territorialidade e lugar na implantação de hidrelétricas na bacia hidrográfica do rio Uruguai*. In: Encontro Ciências Sociais e Barragens, 1., 2005, Rio de Janeiro. Anais. 1 CD-ROM. Rio de Janeiro, 2005.
- CERNEA, M.; MCDOWELL, C. *Risks and reconstruction: experiences of resettles and refugees*. Washington D. C.: The World Bank, 2000.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.
- GERMANI, G. *Expropriados – Terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA, 2003.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUARESCHI, P. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- GUATARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*. São Paulo, n. 16, ano V, 1985.
- HAESBAERT, R. Território, Cultura e desterritorialização. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- KISH, L. *Survey sampling*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1965.
- LUDWIG, M. P. Descortinando a paisagem – a construção social do espaço e o sentido de lugar: uma comunidade rural da Zona da Mata de Minas Gerais nos

umbrais do século XXI. 2003. 239 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MARTINS, J. de S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hutitec, 1993.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEDEIROS, J. C. Juventude e modernidade em Casa Nova: reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais. 2002. 133 f. Dissertação (Mestrado em Extensão rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

MINAYO, M. C. (organizadora). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1997.

NIEMEYER, A. M. GODOI, E. P. (Organisadoras). *Além dos territórios*. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

OLIVEIRA, R. L.; MARTINS, R. D. F. *A construção dos territórios e os movimentos de atingidos por barragens*. *Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. 3., 2005. *Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. 2., Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Anais... Presidente Prudente, 2005.

OLIVER-SMITH, A. Displacement, Resistance and the Critique of Development: From the Grass Roots to the Global. *Refugee Studies Centre, Working Paper Series # 9*. Refugee Studies Center. University of Oxford. 59pp. 2001.

PINTO, N. M. de A. *A construção das identidades e as formas de sociabilidade entre famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo*. *Revista Faz Ciência – Sociedade, Espaço, Economia*. v.5, nº1, 2003.

Relatório de Impactos Ambientais UHE Cachoeira do Emboque. ESSE Engenharia e Consultoria, 1995.

REZENDE, L. P. Participação e estruturas de oportunidades políticas no licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas: um estudo comparativo dos casos da UHE Cachoeira da Providência e UHE Fumaça – MG. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

RIBEIRO, R. F. Campesinato: resistência e mudança - o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha. 1993. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

ROTHMAN, F. D. Political process and peasant opposition to large hydroelectric dams: The case of rio Uruguai movement in southern Brazil, 1979 to 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) - University of Winsconsin, Madison, 1993.

_____. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983. In: NAVARRO, Z. N. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

ROTHMAN, F. D.; VIEIRA, A. J. F. *A privatização do setor elétrico e os impactos sócio-culturais e ambientais da construção de barragens na bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais*. Relatório final de pesquisa, bolsa de iniciação científica do CNPq. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997, 31 p.

ROTHMAN, F. D. A comparative study of dam-resistance campaigns and environmental policy in Brazil. *Journal of Environmental & Development*. v. 1, nº 4, p. 317-344, Dec. 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. J.; COSTA, R. H.; GOMES, P. C.; SILVA, M. C.;

SOUZA, M. J. (Org) *O espaço em questão*. São Paulo: Terra Livre, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____, Milton; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SCHERER-WARREN, I. A implantação das barragens na bacia do Rio Uruguai e suas implicações sociais: o movimento das barragens e os camponeses da região de Lages (SC). *Relatório final*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

SCHERER-WARREN, I.; REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. *Travessia Revista do Migrante*, ano 2, n. 6, p. 29-33, jan/abr, 1990.

SIGAUD, L. M. *Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas*. Instituto de Estudos Avançados Coleção Documentos, Série Ciências Ambientais - USP, n.16, mar, 1994.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TUAN, YI-FU. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINER, C. *Águas para vida*. Jornal do Brasil, de 4 de abril de 2000.

_____. *O conceito de atingido: uma revisão de debates e diretrizes*. Rio de Janeiro: no prelo, 2003.

YUNES, M. A. *Psicologia Positiva e Resiliência: O Foco no Indivíduo e na Família*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.